



UNIVERSIDADE DE UBERABA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO DOCENTE PARA
A EDUCAÇÃO BÁSICA
MESTRADO PROFISSIONAL

ROSÂNGELA MILIOSSI MARQUES

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DENTRO DE
UMA ESCOLA TÉCNICA DO CENTRO PAULA SOUZA

Uberlândia, MG

2022

ROSÂNGELA MILIOSSI MARQUES

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DENTRO DE
UMA ESCOLA TÉCNICA DO CENTRO PAULA SOUZA

Dissertação/produto apresentado à banca examinadora como pré-requisito a obtenção do título de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba.

Orientador: Prof. Dr. Cílon César Fagiani.

Linha de pesquisa: Práticas Docentes para a Educação Básica.

Uberlândia, MG

2022

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

Marques, Rosângela Miliossi.
M348e A educação profissional numa perspectiva histórica dentro de uma escola técnica do Centro Paula Souza / Rosângela Miliossi Marques. – Uberlândia (MG), 2022.
73 f. : il., color.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica. Linha de pesquisa: Práticas Docentes para a Educação Básica.

Orientador: Prof. Dr. Cílson César Fagiani.

1. Ensino profissional. 2. Ensino técnico. 3. Ensino médio. 4. Ensino integrado. I. Fagiani, Cílson César. II. Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação. III. Título.

CDD 370.113

ROSÂNGELA MILIOSSI MARQUES

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DENTRO DE UMA
ESCOLA TÉCNICA DO CENTRO PAULA SOUZA

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Educação da Universidade
de Uberaba, como requisito final para a
obtenção do título de Mestre em
Educação.

Aprovada em 16/02/2023

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Silson César Fagiani
(Orientador)
Universidade de Uberaba – UNIUBE



Prof. Dr. Anderson Clayton Ferreira
Brettas
Instituto Federal do Triângulo Mineiro
– IFTM



Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus
Universidade de Uberaba – UNIUBE

DEDICO “Conhecer-te é a justiça perfeita, e reconhecer teu poder é a raiz da imortalidade”
(Sb 15,3).

AGRADECIMENTOS

Obrigada à minha família e aos meus amigos de uma vida inteira, que estiveram comigo em todos os momentos. Nos dias, nas noites em claro... aos finais de semana em que não podíamos estar juntos, pois havia algo para ler ou um trabalho para fechar e apresentar durante a semana. Deus sabe o quanto trabalhamos juntos para que tudo fosse feito com amor e na maior leveza possível. Claro, existiram horas que algo saiu do controle. Família unida, briga unida e junto permanece. Em especial, ao meu esposo Nival, minha mãe Clê, meu filho Ícaro, à Manu, à minha sobrinha Tarsila, com quem democratizei parte do que pesquisava, e tinha prazer em ouvir a retórica. Aos meus estimados compadres: Ricardo e Bia, Marlei e Ângelo.

Ao meu orientador e Professor, Dr. Cílon César Fagiani, pela confiança em mim depositada e pelas valiosas orientações assertivas e seguras, na qual compartilhou tantos saberes como lição de vida e paciência. Isto é impagável. Você é especial!

Ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Educação Básica da UNIUBE - Campus Uberlândia. Nunca fui tão feliz com tanto conhecimento recebido.

Ao Secretariado do Programa pela presteza e agilidade do atendimento. Vocês são anjos!

Aos meus “Amigos Virtuais” de mestrado, como foi bom conhecê-los! Vê-los por meio das telas em todas as aulas... parecia que os conhecia de uma vida inteira. Vocês estão em meu coração.

À equipe escolar da Etec Professor Alcídio de Souza Prado, pelo apoio para que esse trabalho de mestrado fosse concretizado, tanto na pesquisa e coleta das fontes, quanto às pessoas que colaboraram para o resgate do acervo iconográfico e do Centro de Memória da referida escola, em especial à Professora/Doutora Maria Teresa Garbim Machado.

Dedico parte da sanidade mental que me acometeu durante a construção deste trabalho, ao meu terapeuta Mateus Godoy. Sem suas contribuições, parte do que me transformei não seria possível. Todos somos excêntricos, é a única certeza desta breve vida...

*Desejo também que tenha amigos e que mesmo
maus e incosequentes sejam corajosos e fiéis.
E que em pelo menos um deles você possa
confiar
e que confiando não duvide de sua confiança.
E porque a vida é assim,*

*Desejo ainda que você tenha inimigos,
nem muitos nem poucos,
mas na medida exata para que algumas vezes
você interpele a respeito de suas próprias
certezas.
E que entre eles, haja pelo menos um que seja
justo
para que você não se sinta demasiadamente
seguro.*

Sergio Jackman. “Poema Votos” (1980).

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DENTRO DE UMA ESCOLA TÉCNICA DO CENTRO PAULA SOUZA

Resumo:

Essa pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação: Formação Docente para Educação Básica da Universidade de Uberaba. Tem-se que espaço de aprendizagem é espaço de liberdade e educativo, com o objetivo de formar para o mundo e para o trabalho. O que torna diferente de somente passar a informação. Levando em consideração que o conceito de trabalho é diferente de emprego, temos que a Revolução Industrial propunha a inserção e substituição do trabalho do homem por máquinas. Porém, para que isso ocorra, há que se levar em consideração todo um preparo para que este, possa se especializar e continuar motivado a adquirir conhecimento. Assim, é imprescindível formar o humano e nunca esgotar as possibilidades do humanizar-se. Sendo assim, há que se destacar que essa sociedade denominada do conhecimento, precisa de meios diferenciados que facilitem e democratizem o aprendizado (CARVALHO; KIPNIS, 2010). Em função desta máxima, o Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 1.145/2016 substituída pela Portaria nº. 727/2017, instituiu o Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral, e a Lei nº 13.415/2017 que instituiu a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, estabelecendo um período de 10 anos para repasse de recursos às Secretarias Estaduais de Educação. A proposição é criticada por diversos educadores (GONTIJO, 2018). Esta, não foi discutida amplamente com a comunidade acadêmica e apresenta o currículo do ensino médio composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, dentre eles, o de formação profissional. Esta pesquisa problematiza a Educação Profissional (em uma Escola Técnica do Centro Paula Souza- CPS,) frente aos princípios norteadores de uma política de Educação Profissional devendo ser articulada junto a Educação Básica com formação omnilateral como universalizante. Caracteriza a Educação Básica e suas Leis e contextualiza as matrículas e a evasão escolar, com olhar para o Ensino Técnico Integrado ao Médio. Traz apontamentos do Curso Integrado em Tecnologias da Informação, nos anos de 2012 a 2018, na Escola Técnica Estadual Professor Alcídio de Souza Prado, na cidade de Orlandia- SP, com pesquisa no Banco de Dados das Etecs. Os procedimentos metodológicos da pesquisa são baseados na definição adotada por Severino (2013), que estabelece critérios de classificação quanto ao objetivo (exploratório e explicativo) e aos tipos de pesquisas (bibliográfica e documental) com abordagem qualitativa. Autores como Saviani, Frigotto, Libâneo, Araújo, Fagiani dentre outros fazem parte do referencial teórico. Podemos concluir que, cabe à Educação Profissional Integral e ao Ensino Integrado, formar seres humanos qualificados para viver em sociedade. Não somente para atuar no ambiente laboral, mas para que sejam seres sensíveis e transformadores.

Palavras-chave: educação profissional; Centro Paula Souza; BNCC; Novo Ensino Médio; Etec Professor Alcídio de Souza Prado; PNE; ensino técnico integrado ao médio.

PROFESSIONAL EDUCATION FROM A HISTORICAL PERSPECTIVE INSIDE A TECHNICAL SCHOOL IN CENTRO PAULA SOUZA

Abstract:

This research was developed in the Graduate Program in Education: Teacher Training for Basic Education at the University of Uberaba. It is understood that a learning space is a space of freedom and education, with the aim of training for the world and for work, which makes it different from just passing on information. Taking into account that the concept of work is different from employment, we have that the Industrial Revolution proposed the insertion and replacement of man's work by machines. However, for this to facilitate, it is necessary to take into account a whole preparation so that he can specialize and remain motivated to acquire knowledge. Thus, it is tolerating forming the human and never exhausting the possibilities of humanizing oneself. Therefore, it should be noted that this so-called knowledge society needs different means to facilitate and democratize learning (CARVALHO; KIPNIS, 2010). Due to this maxim, the Ministry of Education, through Ordinance nº 1.145/2016 replaced by Ordinance nº. 727/2017, instituted the Program to Encourage the Implementation of Full-Time Schools, and Law No. resources to the State Departments of Education. The proposition is criticized by several educators (GONTIJO, 2018). This was not widely accepted by the academic community and presents the high school curriculum composed of the National Common Curricular Base and training scripts, among them, professional training. This research problematizes Professional Education (at a Technical School at Centro Paula Souza-CPS) in view of the guiding principles of a Professional Education policy that must be articulated with Basic Education with omnilateral training as universalizing. It characterizes Basic Education and its Laws and contextualizes enrollment and school dropout, with a view to Technical Education Integrated to Secondary. Brings notes from the Integrated Course in Information Technologies, from 2012 to 2018, at the Professor Alcídio de Souza Prado State Technical School, in the city of Orlandia - SP, with research in the ETECs Database. The methodological procedures of the research are based on the definition adopted by Severino (2013), which establishes classification criteria regarding the objective (exploratory and explanatory) and the types of research (bibliographic and documental) with a qualitative approach. Authors such as Saviani, Frigotto, Libâneo, Araújo, Fagiani among others that are part of the theoretical framework. We can conclude that it is up to Integral Professional Education and Integrated Education to train human beings prepared to live in society. Not only to act in the work environment, but to be sensitive and transformative beings.

KEYWORDS: professional education; Centro Paula Souza; BNCC; new high school; ETEC Professor Alcídio de Souza Prado; PNE; technical education integrated into high school.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Guia turístico de "Cambé".	14
Figura 02 - Estrada de Ferro Mogiana.....	17
Figura 03 - Palheiro.	18
Figura 04 - Ilustração das Competências Gerais da Educação Básica: Base Nacional.....	34
Figura 05 - Eixo Tecnológico, Cursos/ Habilitações oferecidos e total de alunos da Escola Técnica Professor Alcídio de Souza Prado.	49
Figura 06 - Matriz Curricular do Curso Técnico Integrado ao Médio (ETIM) do ano de 2012.	61
Figura 07 - Matriz Curricular do Curso Técnico Integrado ao Médio (ETIM) do ano de 2018.	62
Figura 08 - Demandas para o vestibulinho de 2023 com as novas habilitações chamadas de M-Tec.	65

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 01** - Análise da primeira turma do Curso Técnico Integrado ao Médio (ETIM), a relação dos alunos da turma de 2012, quanto ao número de alunos ingressantes, aprovados e por gênero (masculino e feminino). 50
- Gráfico 02** - Relação dos alunos da turma de 2013, quanto ao número de alunos ingressantes, aprovados e por gênero (masculino e feminino). 53
- Gráfico 03** - Relação dos alunos da turma de 2014, quanto ao número de alunos ingressantes, aprovados e por gênero (masculino e feminino). 54
- Gráfico 04** - Relação dos alunos da turma de 2015, sala D, quanto ao número de alunos ingressantes, aprovados e por gênero (masculino e feminino). 55
- Gráfico 05** - Relação dos alunos da turma de 2015, sala H quanto ao número de alunos ingressantes, aprovados e por gênero (masculino e feminino). 56
- Gráfico 06** - Relação dos alunos da turma de 2016, sala D, quanto ao número de alunos ingressantes, aprovados e por gênero (masculino e feminino). 57
- Gráfico 07** - Relação dos alunos da turma de 2016, sala H, quanto ao número de alunos ingressantes, aprovados e por gênero (masculino e feminino). 58
- Gráfico 08** - Relação dos alunos da turma de 2017, sala D, quanto ao número de alunos ingressantes, aprovados e por gênero (masculino e feminino). 59
- Gráfico 09** - Relação dos alunos da turma de 2017, sala H, quanto ao número de alunos ingressantes, aprovados e por gênero (masculino e feminino). 60
- Gráfico 10**- Comparativo das horas-aula contempladas no Plano de Curso do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Informática na parte da Base Nacional Comum Curricular, das Matrizes Curriculares dos anos de 2012 e 2018, do Centro Paula Souza. 63

LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEFET's	Centros Federais de Educação Tecnológica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAE	Conferência Nacional da Educação
CPS	Centro Paula Souza
DCN's	Diretrizes Curriculares Nacionais
ETEC	Escola Técnica
ETEC's	Escolas Técnicas
ETIM	Ensino Médio Integrado ao Técnico
ETIM	Ensino Técnico Integrado ao Médio
FATEC's	Faculdades de Tecnologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICT	Instituto de Ciência e Tecnologia
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
M-TEC	Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PNE	Plano Nacional de Educação
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
TIC's	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

Sumário

Memorial acadêmico.....	13
Da migração à docência em Educação Profissional.....	13
Introdução.....	21
Seção 1. A formação do jovem trabalhador para o trabalho no brasil moderno	25
1.1 Da educação básica à Educação Profissional.....	27
1.2 A integração entre a Educação Profissional e o ensino médio, com base num projeto de Educação Profissional integrado	36
Seção 2. Breve história da Autarquia Centro Paula Souza (CPS).....	44
2.1 Centro Paula Souza: instituição do governo do estado de São Paulo	44
2.2 A Missão da Instituição Centro Paula Souza	45
2.3 Um Histórico da Escola Técnica Estadual Professor Alcídio de Souza Prado, em.....	46
Orlândia/SP	46
2.4 Dados quantitativos e qualitativos da Instituição Professor Alcídio de Souza Prado em Orlândia/SP, relacionados aos cursos técnicos integrados ao médio.....	47
Seção 3. Discussão sobre o desenvolvimento do aluno formado como profissional técnico em uma escola técnica estadual – ETEC	51
3.1 Escola Técnica Alcídio de Souza Prado e o Curso Integrado ao Técnico – ETIM	51
3.2 Matriz curricular e disciplinas com itinerário formativo de 2012 e 2018	60
3.3 Conclusão sobre a gratuidade da Educação Profissional	64
Considerações finais.....	66

MEMORIAL ACADÊMICO

Da migração à docência em Educação Profissional

Um grande homem demonstra sua grandeza
pela forma como trata os pequenos.
Thomas Carlyle

Meu nome é Rosângela Miliossi Marques, tenho 49 anos e vou relatar um pouco de minha trajetória de vida pessoal, escolar e profissional ao longo dessa quase metade de um século. Nesse contexto, tratarei ainda da minha relação com a educação.

Minhas formações são Estudos Sociais pela Faculdade Dr. Francisco Maeda, com habilitação plena em História; Pedagogia, pela Universidade Paulista; Especialização em Direito Educacional – Fundamentação e Aplicabilidade do Direito Educacional no Brasil, na Faculdade Jacarepaguá - RJ; Especialização em Gestão Escolar – O Trabalho Pedagógico e a Realidade Escolar, na Faculdade São Luís de Jaboticabal- SP; Especialização em Neuro psicopedagogia, Faculdade Metropolitana- RP; Aperfeiçoamento em Tecnologias da Educação em História, Faculdade Metropolitana- RP; Curso de Aperfeiçoamento em Combate às Drogas, Universidade de Brasília- Brasília; Curso de Aperfeiçoamento em Política Social no Brasil, Faculdade Metropolitana- RP; Curso de Aperfeiçoamento em Bases Históricas na Educação no Brasil, Faculdade Metropolitana- RP; Curso de aperfeiçoamento em Pedagogia Histórico Crítica – Universidade Estadual de Campinas.

Desde 2003 atuo como professora de História, Sociologia, Ética e Cidadania nos Cursos Técnicos da Escola Técnica Estadual Professor Alcídio de Souza Prado, na cidade de Orlandia, Estado de São Paulo. Tenho em média, todos os anos, dezessete a dezoito salas de aula, com um público-alvo, alunos entre 14 e 18 anos. Como ministro aulas numa Escola Técnica, os cursos dos quais participo são: Administração, Desenvolvimento de Sistemas e Ensino Médio Regular.

Vida pessoal

Em primeiro lugar, posso dizer que me considero uma migrante, até meus sete anos, tive uma infância cercada de muito amor por parte dos meus avós paternos, apesar de viver com meus pais e uma irmã no interior do Paraná. Aqui, devo destacar que nasci em uma cidade

chamada Jardim Alegre, praticamente rural, no período em que vivemos no local. Distrito criado com a denominação de Jardim Alegre, pela Lei Estadual n.º 4.367, de 24 de maio 1961, subordinado ao município de Ivaiporã. Assim, meus avós e tios como filhos de imigrantes italianos, vindos de Veneza, na Itália. Após passar pela Hospedaria do Imigrante seguiram para Mogi Guaçu, em São Paulo. Em 1935, a família adquiriu terras em Cambé (Figura 01) na região do Bratislava e os demais seguiram para a região norte central do estado para cultivar e trabalhar na lavoura do café. Eram os duros anos da Ditadura Militar. Meu pai era formado no Colégio Técnico, chamado Industrial, em Contabilidade; minha mãe, com pouco estudo, até o quarto ano do Primário, tinha o letramento perfeito. Portanto, ambos podiam me ensinar e até mesmo me alfabetizar.

Figura 01 - Guia turístico de "Cambé".



Fonte: Autora (2022).

Lembro-me que em casa havia um exemplar da Barsa – ali eu viajava por lugares e informações que minha imaginação não dava conta de limitar. A ânsia de aprender sempre foi muita. Às vezes, assentava-me embaixo de alguns pés de pêssigo no fundo do quintal e fazia de conta que estava ensinando e ao mesmo tempo lendo tudo o que estava vendo. Era mágico!

Comecei a ser alfabetizada numa escola rural, onde havia várias carteiras e séries misturadas para uma professora só. Adorava as aulas de leitura. A professora era minha tia. Não! Não era àquela Tia que chamamos por hábito. Era a irmã do meu pai mesmo, Tia Luiza. Foi quem me alfabetizou. Hoje, ela ensina numa escola rural- assentamento do Trabalhadores Rurais Sem Terra (faleceu durante o mestrado) - *in memoriam*.

Pelos idos dos anos 1980, migramos para o Estado de São Paulo, para a cidade de Sales Oliveira, à nordeste deste que era e continua com a promessa de Estado mais rico da Nação. Portanto, a prosperidade aqui se encontrava. Todavia, não foi bem o que minha família encontrou logo ao chegar. Meus pais não encontraram emprego e tiveram que partir para o corte da cana-de-açúcar. Saíram do certo para o duvidoso, pois abandonaram a família e um sistema coletivo de sobrevivência. Nesse período, minha irmã e eu, fomos matriculadas no colégio público. Sobrava para a irmã mais velha cuidar da mais nova. Minhas tarefas eram entre as da escola, cuidar de minha irmã - 5 anos mais nova, além as tarefas de casa.

Foram tempos difíceis. Havia uma insegurança em relação à economia e a sociedade, em função da política que assombrava o Brasil – ainda estávamos em tempos de abertura relacionada à Ditadura – Tempos de Anistia Política – Joao Batista Figueiredo – um Militar – saindo do poder. Novos rumos para a Democracia tão sonhada. Eis que naquele momento, fortalecia-se um Movimento popular – As Diretas Já – que não garantiriam as eleições seguintes de forma direta. Estas, foram de maneira indireta, indicando para presidente da República após 20 anos de Ditadura Militar, um civil, mineiro, chamado Tancredo Neves, que faleceu antes de assumir. Em seu lugar, o vice José Sarney, maranhense, tomou posse de 1986 até 1990. Era a esperança de dias melhores para minha família migrante e para milhares de outras famílias que passaram pelo mesmo processo vindas de todas as regiões do Brasil.

Confesso que não foi como o imaginado mas, enquanto estudantes tivemos o contato com a ciência política ainda que nos encontrássemos no Ensino Fundamental, em Colégio Público, todavia, com professores muito politizados e dispostos a dividir sabedoria e conhecimento. Nesse mesmo ano de 1985, meu pai conseguiu um trabalho numa empresa de rações e minha mãe de empregada doméstica. Mesmo assim, continuei com minhas tarefas entre a escola e cuidar da casa.

À tardinha, a molecada se reunia na rua de casa. Ali, naquele espaço, estava nossa “liberdade”. Brincávamos de todas as diversões possíveis: betes, peteca, bugalha, amarelinha, esconde-esconde, passa anel, vivo-morto etc. A reunião contava com aproximadamente 30 crianças das mais variadas idades. Éramos felizes! Não conhecíamos a maldade dos delitos existentes hoje em dia. Alguns desses colegas vejo até hoje, outros encontro nas redes sociais, e, outros ainda, nunca mais os vi. Quando algum dos pais assobiava, era hora de sair correndo e entrar para tomar banho e talvez ainda fazer tarefa – todos estavam matriculados e frequentavam séries diversas na mesma escola.

Com a abertura política ou redemocratização, o sistema de ensino sofreu algumas mudanças. Mas, ainda não era o ideal, como não é até os dias atuais. Tínhamos boa merenda, professores humanizados que se preocupavam com alunos de baixa renda, não havia exclusão entre nós. Talvez porque a cidade fosse pequena e as pessoas conhecessem umas às outras. Não havia empregos para menores, portanto, nossa atividade era somente dedicação aos estudos, aos serviços do lar e, à noite, brincar na rua.

Tive a oportunidade de contar com uma biblioteca vasta de livros e incentivo à leitura - com um dia da semana em que podíamos escolher qual livro levaríamos para casa e ainda faríamos a “Roda da Leitura”, assim, éramos instigados ao processo de leitura e curiosidade. Li diversos livros, trocando experiências com meus colegas de classe e até com meus mestres.

Confesso ter chorado muito com algumas das obras com as quais me deparei e me peguei pensando naqueles momentos, que meu destino e de quem me rodeasse, se dependesse de mim, seria diferente. Resolvi que investiria em educação. Em minha educação. Que jamais deixaria de estudar, que nada me impediria de seguir adiante. Esse era um período bom, estudava no período da manhã, na Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus “Capitão Getúlio Lima”. Era assim que tínhamos que escrever no cabeçalho de provas. Aliás, não comentei, mas nossas menções eram: A, B, C, D, E e F. Todos os dias deveríamos entregar uma carteirinha para que o atendente de sala as carimbasse com as presenças. Só pegávamos ao final do período. Era o ano de 1988. Estava acontecendo no Brasil a perpetuação da Nova Constituição da República.

Paralelamente, para ajudar meus pais, quando ingressei no Ensino Médio, comecei a estudar à noite, na mesma escola que fui matriculada quando chegamos na cidade de Sales Oliveira - escola que recebe esse nome em homenagem ao engenheiro Francisco Armando de Sales Oliveira, em função da construção da Estrada de Ferro Mogiana para escoamento do café na região de Ribeirão Preto – intitulada “Califórnia Brasileira” - assim formou-se Sales Oliveira- cidade que possui 12 mil habitantes (Figura 02). Não diferente da maioria das cidades do interior do Estado de São Paulo, que tiveram suas economias baseadas no agronegócio e nas construções dos barões do café que se enriqueceram não só com o trabalho escravo, proveniente da África, como também do trabalho do imigrante. Nas últimas décadas tais regiões cederam espaço para a o setor sucroalcooleiro, grandes extensões de terra utilizadas para o plantio da cana-de-açúcar. O meio de transporte ferroviário tão promissor nos países desenvolvidos e que aqui no interior era usado, dando nome até às cidades, deu lugar às rodovias e aos pedágios.

Figura 02 - Estrada de Ferro Mogiana.



Fonte: Prefeitura Municipal de Sales Oliveira (2022).

Era, até então, Distrito de Nuporanga, e posteriormente, a partir de 1909, de Orlândia. Sales Oliveira passou a Município em 1944, e instalado em 1º de janeiro de 1945.

Vida profissional

Profissionalmente, iniciei como a maioria dos adolescentes, que vivem em minha cidade e não contavam com programas sociais ou qualquer estágio, pois só tínhamos como base o Ensino de Primeiro e Segundo Grau, sem nenhuma especialização profissional, em fábricas artesanais de palhas para cigarro.

Todavia, a cidade de Sales Oliveira é conhecida como a capital da palha. Desde que o canavial tomou conta das plantações de milho, a palha continuou sendo o centro da Economia de Sales Oliveira, driblando o desemprego (SALES OLIVEIRA, 2007).

De maneira formal ou informal, os palheiros da cidade são nacionalmente conhecidos, garantindo emprego a uma grande parcela da população e proporcionando uma vida digna para quem trabalha neste setor. Os palheiros não enriquecem ninguém, mas garantem uma boa qualidade de vida para seus proprietários e colaboradores (SALES OLIVEIRA, 2007).

Portanto, palha é uma tradição na cidade, que passa de pai para filho. Num palheiro, o vegetal ganha função. Após a colheita do milho, a palha é retirada, levada para as fábricas, molhada, cortada, dobrada, prensada e selecionada em diversas categorias, de acordo com a qualidade de cada uma. São artesanalmente utilizadas na produção de cigarros de palha e na embalagem de doces caseiros, dois produtos que nos remetem às lembranças interioranas. O passo seguinte é a venda. Após todo o processo relatado, a palha e os cigarros feitos manualmente, vão para todo Brasil por meio de transportadoras, correio ou dos representantes

que se encarregam de divulgar e vender os produtos provenientes do milho (SALES OLIVEIRA, 2007).

Um palheiro – dono da fábrica que produz os elementos já citados - contam com vários funcionários- empregando em média de 30 a 200 trabalhadores. Portanto, vendem pacotes de palha embaladas, bem como os cigarros enrolados com fumo temperado (SALES OLIVEIRA, 2007).

Considerando toda a história sobre a cidade de Sales Oliveira, tenho que relatar que o município possui poucos milharais, plantados em pequenas propriedades, que também se sustentam essencialmente da venda do produto. O restante da palha é trazido de outros municípios, principalmente dos estados de Goiás e Minas Gerais. O processo de colheita é lento, feito de forma manual. Do contrário, a palha é danificada. Uma média de 20 pessoas trabalham nas diversas etapas da produção, tanto das palhas quanto os cigarros já prontos, o que garante a alta qualidade desses produtos e um rigoroso padrão de qualidade que tornou os produtos de Sales Oliveira, destaque em todo o país (Figura 03).

Figura 03 - Palheiro.



Fonte: Guia Turístico, Histórico e Cultural de “Sales Oliveira – 100 anos” (2007).

Cabe dizer, que trabalhei durante o dia para ajudar meus pais em uma dessas fábricas artesanais de palhas para cigarro e estudava no antigo Segundo Grau, à noite. A atividade artesanal das palhas para cigarro, é desenvolvida até hoje, 2022, nesta cidade que exporta cigarros de palha das mais variadas marcas. Foi numa dessas fábricas, que conheci meu esposo, Nival Edson Marques. Me casei aos 18 anos, no ano de 1991. Estava prestes a terminar o terceiro ano do colegial, na mesma sala que o mesmo. Consegui terminar o Ensino Médio, meu esposo, não. Trabalhávamos juntos, o que fazia com que o tempo juntos fosse maior do que com a família. Resolvemos nos casar muito jovens, eu com 18 anos, ele com 20. Como todos os casamentos e todos os casais, vivemos “dias de luta, e dias de glória.” Lá se vão 31 anos;

temos um filho chamado Ícaro, com 19 anos e somos proprietários da marca de cigarros saborizados - Terra Tombada.

No ano de 1992, iniciei a Faculdade de Estudos Sociais, com habilitação em História, influenciada por um professor jovem que ministrou aula nos dois últimos anos do Segundo Grau e que havia se graduado naqueles anos, Aluisio Brizante (*in memoriam*). Concomitante, iniciei um curso profissionalizante no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC - de Rádio e Jornalismo. Todavia, não ficaria no trabalho artesanal por mais tempo.

Iniciei minha carreira de rádio e jornalismo. Fui contratada como locutora de rádio, antes de terminar o curso e à noite cursava a faculdade de História. Inicialmente, não era minha intenção ser docente. Entretanto, acredito muito no bem que recebemos e que devolvemos ao Universo. Ainda, sem qualquer noção da pedagogia e de que só se aprende fazendo é que comecei a fazer algumas substituições em escolas da periferia da cidade de Orlandia, próxima à minha pequena cidade-dormitório. Não foi fácil inicialmente. Pensei que era mais do que eu merecia. Encontrei alunos muito carentes, que tinham histórias parecidas com a minha, em épocas diferentes claro, e, num momento político, em que o Brasil ainda não tinha uma “cara” de República, com uma economia cheia de indefinições, mais do que hoje.

Começavam as Unidades Reais de Valor – URV’s, Cruzado Novo etc. Era um pedido de socorro! Só precisavam de oportunidade. O que eu poderia fazer recém-formada? Ensinar a autonomia? O lugar que cada um tem na sociedade? Que há lugar para todos? Me tornei professora de História a partir de 1996, com muito esforço e ajuda da minha mãe, minha irmã e meu esposo. Hoje sou funcionária da Autarquia Centro Paula Souza. Na Escola Técnica Professor Alcídio de Souza Prado, há 20 anos. Já fui concursada da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo; da Prefeitura de Nuporanga/SP; professora de escolas particulares, dos Sistemas: Objetivo, Dom Bosco e COC.

Ser historiadora foi por curiosidade, empolgação, vontade de mudar o mundo... Inicialmente, não me adaptei à docência, encontrei, como todos os docentes encontram, uma resistência enorme e até um desinteresse por parte dos alunos, fato este que me desanimou. Mas, como disse no início, que pensava que poderia mudar o mundo, resolvi seguir adiante. Tive muitos colegas de profissão FANTÁSTICOS. Pessoas que nunca desistiram e que dividiam suas experiências e vivências com os que chegavam. Encontrei MULHERES MARAVILHAS e SUPER HOMENS.

Lá se vão 26 anos de acertos e erros. Sei que se não posso mudar o mundo todo, porém um aluno que seja, um ser humano que eu fizer refletir sobre sua bondade, empatia, seus erros,

seus acertos, sua autonomia, equilíbrio. Já me bastam as riquezas que conquistei ao longo da minha carreira, dentre as quais, valem destacar: amigos, professores, alunos, pais, familiares, figuras públicas e até midiáticas – já entrevistei Lula, Maluf, apresentei diversos shows de sertanejos, cantores da Música Popular Brasileira, entre outros.

Minha vida que começou com a migração de meus pais, tornou-se uma carreira dedicada à educação básica, à comunicação com adolescentes da Educação Profissional à qual me dedico cem por cento na atualidade. Entretanto, não poderia deixar de agradecer as Escolas por onde passei, seja como substituta ou como efetiva: Maria Aparecida, Silvia, Mauricio Leite de Moraes, Edda Marcussi - São Joaquim da Barra-, Escola Municipal de Educação Básica Maria Carolina -Nuporanga-, Maria Catarina Cominho - Taboão da Serra-, Colégio Engenheiro Agrônomo Geraldo Diniz Junqueira - COOPAM, Diocesano, COC - Albert Einstein e, finalmente, a Etec Alcídio de Souza Prado. Nesta escola, além de professora de História, Sociologia, Ética, Recursos Humanos, entre outros, fui Coordenadora de Curso Ensino Médio Regular e Coordenadora Pedagógica. Tenho o privilégio de ter sido professora de alguns pais dos meus atuais alunos. Ainda tenho em meu currículo a Escola de Ensino Fundamental I, no município de Sales Oliveira, José Coutinho Pereira, onde fui Diretora nos anos de 2017 e 2018.

Resolvi voltar estudar – agora, buscando uma especialização maior, no caso o mestrado - em função da Pandemia da COVID-19, que assolou toda a humanidade a partir de fevereiro de 2020. Após passar um período de adaptação às aulas remotas, do qual trocamos as lousas por janelas digitais, percebi que era hora de me movimentar e dar prosseguimento ao que sempre dei valor e incentivei tanto meus alunos: Temos que nos apropriar do conhecimento, este ninguém nos tira.

Tenho muito a agradecer: Às pessoas que cruzaram meu caminho na vida pessoal, profissional e aos que hoje, mesmo que de modo remoto, continuam dando sentido e valor ao processo educacional.

INTRODUÇÃO

Partimos da condição do materialismo histórico que nos dá elementos para analisar a sociedade capitalista em que vivemos, e onde podemos “[...] formar cidadãos críticos e capazes de influenciar e promover mudanças” (MARX, 1973, p.14).

Quando falamos do Ensino Médio e da Educação Profissional não podemos deixar de levar em consideração que os anos iniciais estarão sempre inclusos na base de toda a Educação Básica. Seja para dar a base necessária para o início da vida acadêmica do aluno, ou mesmo para futuras escolhas que estes venham a fazer. A pergunta que se tem é: “o que deve saber aquele que executa o trabalho na sociedade?” (CIAVATTA *et al.*, 1991, p.110).

Temos que a concepção de formação integrada está ligada a uma educação que não fosse somente compulsória implantada a partir da Lei nº 5.692 de 1971 (BRASIL, 1971). Sua origem está na educação socialista a qual pretendia formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica. Foi aí que se originou o grande sonho de uma formação completa para todos conforme queria Comenius, com seu sonho de regeneração social.

Comenius dizia em A Didática Magna: “é uma lei da humanidade que, se conhece qualquer meio de ir em auxílio do próximo para o tirar das suas dificuldades, não se deve hesitar; sobretudo quando se trata, não de um homem só, mas de muitos”. Assim, é necessário pensar o homem como um todo, e não somente como um indivíduo (COMÊNIO, 2006, s/p).

Acima de tudo, “não há igualdade possível, sem igualdade de cultura” (LOPEZ, 2011). Portanto há que se promover a gratuidade e universalização do ensino e condições especiais aos cidadãos e trabalhadores dentro do sistema nacional de educação.

O termo integrado, remete-se por um lado, à forma de oferta do ensino médio articulado com a Educação Profissional; mas, por outro, também a um tipo de formação que seja integrada, plena, vindo a possibilitar ao educando a compreensão das partes do seu todo ou da unidade no diverso. Tratando-se a educação como uma totalidade social.

Este trabalho propõe-se analisar as políticas aplicadas na Educação Profissional de Nível Médio que desenvolveram-se no Centro Paula Souza. Dando especial olhar, à Escola Técnica Alcídio de Souza Prado, uma das 224 Escolas Técnicas (ETECs), que fazem parte da autarquia pertencente ao governo do Estado de São Paulo, Centro Paula Souza (CPS). Levando-se em conta que o mundo do trabalho na Era da Globalização, exige profissionais com perfis inovadores, competitivos, atualizados, empreendedores, entre outros aspectos.

Porém, há de se considerar que nessa nova realidade, deve existir novas formas de mediação entre o homem e o conhecimento, que já não se esgotam no trabalho ou no desenvolvimento de novos cursos oferecidos, ou formas de fazer previamente pelo modelo taylorista ou fordista. Esse modo, capitalista de pensar o ser humano, não como um cidadão em sua formação, mas um mero trabalhador- executor de tarefas, desfaz também seu meio social, sua qualidade de vida. É uma mudança de ampla grandeza- chamada de Revolução que traz consigo um profissional munido de propriedades intelectuais científicas, que saiba utilizar as novas tecnologias e que esteja sempre atualizado.

Segundo Fagiani (2018, p. 140),

a questão fundamental está em suprimir a divisão do trabalho manual e intelectual. Nessa direção a educação escolar na formação do trabalhador se torna fundamental e determinante seja na sua aplicação, seja no seu planejamento. Uma educação que não forme o jovem trabalhador especificamente para um trabalho de forma unilateral, dependente, como um simples treinamento, mas para o trabalho totalizante, um processo de recuperação da integralidade do Ser Humano, comprometida pela divisão do trabalho e da sociedade, com desenvolvimento de forças materiais intelectuais que representa o domínio do Homem sobre a natureza, possibilitando e satisfazendo seu desenvolvimento de forma omnilateralmente e independente (FAGIANI, 2018, p. 140).

Em toda a análise é importante salientar a necessidade de valorizar a centralidade do ser humano no cumprimento das finalidades do Ensino Médio e da Educação Profissional, assim, a justificativa é que sem educação não há como as pessoas se realizarem como sujeitos históricos que produzem sua própria existência, conhecimentos e cultura por sua ação e reação.

A pesquisa objetivou analisar a Educação Profissional em uma Escola Técnica do Centro Paula Souza- CPS, frente aos princípios norteadores de uma política de Educação Profissional articulada com a educação básica como direito do ser humano e uma necessidade do estado com as novas tecnologias. Mais especificamente: caracterizar a Educação Básica e suas Leis; sistematizar a Indústria 4.0 e sua influência no processo educacional e contextualizar matrículas e a evasão e sua relação com o uso de ferramentas e plataformas digitais.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa estão baseados na definição adotada por Severino (2013), o qual estabelece critérios de classificação quanto ao objetivo (exploratório e explicativo) e aos tipos de pesquisas (bibliográfica e documental). É exploratório, para levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto e explicativo porque além de registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas, seja através da aplicação do método

experimental/matemático, seja através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos.

A metodologia de pesquisa empregada contempla revisão e pesquisa bibliográficas, nas quais foram utilizados livros, artigos, e sites especializados da internet. Utilizou-se também como método de pesquisa, o descritivo, por meio do qual, foram descritos os diversos conceitos e ideias apresentadas pelos principais teóricos que tratam deste tema com seriedade.

Primeiramente foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a inserção das novas Tecnologias da Informação e Comunicação nos cursos de Ensino Médio Integrado ao Técnico (ETIM), especificamente na Educação Profissional, em artigos publicados, revistas científicas, periódicos, teses e dissertações. Na pesquisa bibliográfica foram levantados os principais temas e contribuições publicadas, que subsidiaram o estudo acerca da importância Educação Escolar na formação discente mais humana e para o mundo do trabalho. Na pesquisa documental foram consultadas bases de informação governamentais e legislação para a obtenção dos dados que, posteriormente, serão sistematizados e analisados para o atendimento aos objetivos propostos.

O trabalho está dividido em cinco partes. Na primeira parte, começo o relatório com meu memorial acadêmico, no qual, trago momentos vividos em minha trajetória de vida e o interesse pela área da educação e como fui atraída em ser professora do Ensino Médio e da Educação Técnica Profissionalizante, visando contemplar a omnilateralidade da educação. Preservando assim, o direito garantido pelas Leis da Educação e a universalização a todos os seres humanos.

Na parte dois, intitulada de introdução, verso sobre o termo integrado e a educação integral, a qual a ideia é que o educando seja pensado como um todo, e a Educação Profissional agregue ao conhecimento adquirido não só para a vida profissional, mas para a humanização.

Já na primeira seção, apresento a formação do jovem trabalhador para o trabalho no Brasil Moderno. Aqui, a Educação tem o papel de garantir aprendizagens ilimitadas desde a Educação Infantil sem que o acúmulo do capital torne o trabalhador alienado às suas práticas.

Com a segunda seção, demonstro a importância da Autarquia Centro Paula Souza, órgão pertencente ao governo do estado de São Paulo, que trabalha com a missão de formar massa produtiva para o mundo do trabalho seguindo as normativas legais das Leis da Educação. Bem como análise do curso de Ensino Técnico Integrado ao Médio instituído que teve início no ano de 2012, na Etec Professor Alcídio de Souza Prado, na cidade de Orlandia/SP e os impactos que essa sala sofreu em relação a evasão por diversos fatores, ao final de três anos.

Na terceira seção, foram coletados os dados dos últimos cinco anos desse curso, Ensino Técnico Integrado ao Médio (ETIM), na qual foi realizado um balanço da grade curricular; principais mudanças na carga horária do Itinerário Formativo; total de alunos matriculados e concluintes do curso integrado; formação do aluno ao final do ciclo de três anos e a gratuidade do ensino técnico integrado ao médio.

SEÇÃO 1. A FORMAÇÃO DO JOVEM TRABALHADOR PARA O TRABALHO NO BRASIL MODERNO

A educação constitui um processo de aprender e ensinar os saberes necessários para a vida em sociedade. Nas sociedades primitivas, a apropriação da produção era feita de maneira coletiva. Não havia divisão entre as classes sociais, e, ao mesmo tempo, a educação produzia a existência humana. Com a complexificação do trabalho humano, tornaram-se necessárias aprendizagens específicas, e, simultaneamente, iniciava-se um processo de divisão social do trabalho com base na propriedade privada do principal meio de produção: a terra. Nesse contexto, a escola apareceu para ensinar aos que tinham tempo livre e que não trabalhavam mais, pois tinha quem trabalhasse por/para eles. Portanto, a escola tem sua origem na divisão do trabalho manual e do trabalho intelectual (SAVIANI, 2007).

Primordialmente, quando tem início a Segunda República (1930-1937), com a Revolução de 1930, em que Getúlio Vargas se coloca à frente na presidência do Brasil, entre suas realizações educacionais podem ser destacadas: a criação do Ministério da Educação e Saúde; estabelecimento do Estatuto das Universidades Brasileiras, do Conselho Nacional de Educação e Organização da Universidade do Rio de Janeiro; instituição do Ensino Religioso facultativo, que comporá a Constituição de 1934 em seu artigo nº 153; Convênio celebrado entre a União e as unidades da Federação, através do Decreto nº 20.826 de 20/12/1931, que visava o aperfeiçoamento e a uniformização das estatísticas educacionais; o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (19/03/1932); a criação da Universidade de São Paulo- USP (25/01/1934); criação da Diretoria Nacional de Educação em 12/06/1934; a Constituição Brasileira promulgada em 1934 (ARAÚJO, 2017).

Temos que em 1937, a Constituição Federal ainda no governo de Getúlio Vargas, tratou da Educação Profissional e Industrial em seu artigo 129, enfatizando o dever do Estado e definindo que as indústrias e os sindicatos econômicos deveriam criar escolas de aprendizes na esfera da sua especialidade. A Lei nº 378, de janeiro de 1937 transformou as escolas de aprendizes e artífices mantidas em liceus industriais e instituiu novos liceus, para a propagação nacional do ensino profissional de todos os ramos e graus (Art. 37) (BRASIL, 1937).

Em 1937 o Plano Nacional de Educação (PNE), será abortado em função do Golpe de 37 chamado de “Estadonovista”, em que a educação, assim como outros meios, foi utilizada como uma forma de propaganda política e de afirmação do regime que havia sido implantado

no país. Logo em 1942, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) pelo Decreto-Lei nº 4.048, de 221 de janeiro de 1942 (BRASIL, 2017).

No ano de 1959, foram instituídas as escolas técnicas federais como autarquias, a partir das escolas industriais e técnicas mantidas pelo Governo Federal. Na sequência, em 1961, foi promulgada a Lei nº 4.024/61. Essa, foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), passou a permitir que concluintes de cursos de Educação Profissional, organizados nos termos das Leis Orgânicas da Educação Profissional, pudessem continuar estudos no ensino superior (BRASIL, 2017).

Em primeiro plano, é necessário considerar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 5692/61 já havia sofrido a primeira reforma em 1971, após uma década de existência. Nesse ínterim, o Ensino Médio foi reformulado durante o governo militar e, automaticamente, houve uma organização do ensino no Brasil. Ainda nesse prisma, outro ponto relevante para o período foi que o 2º grau passou a ter como objetivo a profissionalização.

Na sequência, todas as escolas públicas e privadas desse nível deveriam se tornar profissionalizantes, além de escolher dentre mais de 100 habilitações – das mais variadas formações – auxiliar de escritório ou de enfermagem, contabilidade, ou agropecuária, e oferecê-las. O aluno receberia, ao fim do 2º grau, um certificado de habilitação profissional. Os governos estaduais teriam que implementar as medidas, o que fez com que a formação geral, antes oferecida por meio do secundário (que podia ser clássico ou científico), perdesse espaço.

Na perspectiva do Governo Federal, com o chamado Milagre Econômico brasileiro, momento de prosperidade aparente em que a concentração de renda estava nas mãos de poucos empresários, e a maioria da população mal conseguia sobreviver, porém, mesmo assim, criava-se a expectativa de que o país precisava de mão de obra especializada de trabalhadores. Afinal, a nação passava por uma industrialização acelerada e tinha que fomentar a falsa expectativa de crescimento. Nessa perspectiva, a reforma proposta implicava “abandonar o ensino verbalístico e academizante para partir, vigorosamente, para um sistema educativo de 1º e 2º grau voltado às necessidades do desenvolvimento”, dizia a mensagem do ministro da Educação, Jarbas Passarinho, enviada com o projeto que daria origem à Lei 5.692/1971 (BRASIL, 1971).

O ministro — senador licenciado — também afirmava que a reforma possibilitaria o abandono do ensino “meramente propedêutico” - preparatório para o ensino superior - para dar terminalidade à escola de 2º grau, formando “os técnicos de nível médio de que têm fome a empresa privada e a pública”. A terminalidade a que se referia o ministro significava que o

aluno, ao se qualificar como técnico ou auxiliar, poderia dar por encerrados os estudos e entrar no mercado de trabalho.

De acordo com Fonte (2018, p.16), “formar para o trabalho significa compreender o que e como produzimos nossa vida no capitalismo.” Assim, há de se comentar sobre recentes mudanças na LDB, em função da Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017), que supõe substituir o modelo único de currículo do Ensino Médio por um modelo diversificado e flexível - Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A proposição criticada por diversos educadores e que não foi discutida amplamente com a comunidade acadêmica, apresenta o currículo do ensino médio, composto pela BNCC e por itinerários formativos. Estes oferecerem diferentes arranjos curriculares de acordo com o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino. No item V, subscreve-se a formação técnica e profissional - LDB, Art. 336; ênfases adicionadas (BRASIL, 1996).

Segundo a BNCC (BRASIL, 2014), existe a parte contemplada sobre as transformações na sociedade e impactos causados pelas tecnologias digitais e a computação. Para tanto, são tematizados tanto o conhecimento e habilidades quanto atitudes e valores: pensamento computacional, mundo digital e cultura digital.

Na quarta Revolução Industrial, iniciada em 2011, segundo dados de Schwab (2018), presidente do Fórum Econômico Mundial e autor do livro *A Quarta Revolução Industrial*, o conceito está ligado ao de Indústria 4.0 e inserção das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TICs) nos sistemas produtivos, modelo empresarial que já tinha como objetivo utilizar todas as tecnologias atualmente disponíveis para gerar conhecimento e produtividade. Conhecimento em estreita conexão com a educação e produtividade em estreita conexão com os sistemas produtivos.

1.1 Da educação básica à Educação Profissional

1.1.1 A importância da educação infantil para chegar à autonomia da Educação Profissional

Para Saviani (2013), a escola deve ser um lugar onde haja transmissão de conhecimentos para que a classe trabalhadora se aproprie daquilo que foi conquistado e adquirido historicamente pela humanidade. Assim sendo, diferencia-se da pedagogia tradicional, visto que, esse modo não anula a importância de que conhecimentos sejam significativos para os alunos, sendo necessário haver espaços para debates, relacionando o conhecimento com aquilo

que nos cerca. Desse modo, a pedagogia histórico-crítica, tem como propósito transformar as crianças em seres históricos e sociais.

Saviani, ao propor a teoria pedagógica denominada de Pedagogia Histórico-Crítica, procurou uma metodologia, baseada no materialismo histórico-dialético, a fim de “compreender a questão educacional com base no desenvolvimento histórico objetivo” (SAVIANI, 2013, p.76). Assim sendo, o autor atribui e resgata a função da escola como organizadora de saberes.

A Educação Infantil, a primeira etapa da educação básica, atende crianças de zero a cinco anos de idade (BRASIL, 1996), proporcionando cuidadosamente os primeiros contatos com a escola. Ela gerará a autonomia, prevista para os próximos anos da educação do ser humano. Em síntese, o papel da Educação infantil é promover nos estudantes o desenvolvimento dos aspectos motor, cognitivo, emocional, social e físico. E, para que o processo de autonomia seja fomentado deve-se despertar durante este período, o convívio social além do núcleo familiar.

Destarte, as atividades para a Educação Infantil de acordo com a BNCC (2017), trabalham, de forma lúdica, as motricidades fina e ampla, a percepção e a capacidade de foco e concentração, bem como proporciona a ampliação das interações sociais, das capacidades linguísticas e do senso moral, além de outras características importantes como por exemplo, a autonomia. Portanto, “cabe à educação escolar garantir as condições naquilo que lhe compete para o desenvolvimento da consciência transformadora nos indivíduos, ferramenta indispensável para que não existam sob imediata ação do meio, mas como sujeitos da história” (MARTINS, 2011, p. 55).

Antes de se concretizar o PNE (2014-2024), muitos foram os caminhos percorridos entre reformas, pareceres e Políticas Educacionais que garantissem a Escola Pública no Brasil. Segundo Araújo (2017), historicamente, esses direitos começaram a ser traçados em 1534, com a fundação da Ordem Jesuítica no Brasil. Sendo somente a partir de 1564, que vem à baila, a noção de escola pública religiosa sob a administração da Companhia de Jesus.

Dessa forma, há que se destacar a *Ratio Studiorum* que foi publicada em 1599, não sendo um tratado de pedagogia, porém expressava uma concepção pedagógica fundadora da pedagogia tradicional e que definia diretrizes administrativas, curriculares metodológicas para o ensino. É importante dizermos que a educação não era um dos objetivos iniciais da Companhia de Jesus. Porém, com o passar do tempo, acabou por ocupar lugar de destaque nas atividades sobre a catequização e conversão dos gentios, visto que seria a melhor forma de

abordagem, traçar estratégias para enfrentar as dificuldades- educando os nativos. A ordem religiosa assume então, a primeira experiência educativa do Brasil. Destarte, neste início, “a escola pública no Brasil, entre 1549 e 1759, implica na compreensão de que sua realização se deu no âmbito da expansão capitalista empreendida por Portugal” (ARAÚJO, 2017, p. 4).

Após a Independência do Brasil em 1822, foi criada em 15 de outubro de 1827, uma lei que determinava em seu artigo 1º que “em todas as cidades e vilas mais populosos, haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias” (BRASIL, 1827). Seria a institucionalização da escola pública no Brasil após a independência de 1827 a 1834. Este se trata de um curto período, menos de sete anos. Porém situa a tarefa legislativa a que o Império brasileiro se impôs. Após tal período, ocorreram os debates educacionais. Particularmente, sobre a escola pública, consolidando o Conselho de Estado e o projeto de Constituição em 1824. Esta, garantia em seu Art. 179, Inciso XXXII, que a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos; esta diretiva está ausente do projeto da Constituinte (BRASIL, 1824).

A segunda demarcação importante que incide sobre os rumos da escola pública no Brasil, como registra Araújo (2012, p.7), além da criação de escolas para meninas, será por meio da Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834, que transfere às atribuições e responsabilidades pela administração das escolas primárias e secundárias. Ou seja, cabia às Assembleias Provinciais legislar “sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes, e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que, para o futuro forem criados por lei geral” (BRASIL, 1824).

De acordo com a Constituição Política do Império do Brazil [sic], de 25 de março de 1824, em seu título 8º

Das Disposições Gerais, e Garantias dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros.

XXXII. A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.

XXXIII. Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes [sic] (BRASIL, 1824, s/p).

A orientação acima mencionada e citada se mantém até os dias atuais, cabendo ao Ministério da Educação o cuidado com o Ensino Superior. As duas datas que demarcam a preocupação com a educação primária, 1827 e 1834, instituíram os parâmetros legislativos do período, porém mostram as intenções claras da política em torno da escola pública a que se pretendia. O primeiro, pelo seu norteamo nacional, colocando o país em rota de evolução na educação frente à Europa. Como exemplo citamos o Método Lancasteriano (CORREIO

BRAZILIENSE, 1816) e o segundo pela atribuição política administrativa da escola primária e secundária às Províncias.

Por que então falar da Reforma Couto Ferraz em 1854? Em função dessa reforma destinar-se a regular a instrução primária e secundária na Corte. Além do mais, teve forte influência na organização da educação nas províncias (CASTANHA, 2013, p.141). Não obstante à contemporaneidade, assiste-se aqui a uma preocupação com a estatística educacional nacional, que estaria centralizada pelo município da Corte. Certo que a preocupação do Decreto é com a escola pública, sobre a qual estabelece as diretrizes quanto à sua organização.

Entretanto, concede a liberdade de ensino, mesmo que a estabelecer uma detalhada inspeção sobre a instrução primária e secundária particular. Todavia caberia o questionamento. Se a instrução pública é para todos (universal), por que determinar a proibição de matrícula escolar aos escravos? (BRASIL, 1954).

Há que se falar sobre a defesa da instrução pública primária no Parecer de 1882 de Rui Barbosa, o Decreto nº 7274, de 19 de abril de 1879 (BRASIL, 1879), denominada de Reforma Leôncio de Carvalho, que embora chamada de Reforma, na verdade foi um projeto que não se realizou em função de proclamar a liberdade de ensino para os níveis primário e secundário no município da Corte e para o nível superior em todo o Império. Abriam-se as portas para a iniciativa privada (BARBOSA, 1947). A defesa da instrução pública era recorrente, ao final do século XIX, também no Brasil. Países europeus estavam realizando a publicização, a gratuidade, a universalidade, a laicidade e a obrigatoriedade da escola primária, particularmente no decorrer da segunda metade do século XIX, correlato à Segunda Revolução Industrial, que ocorreu tardiamente no Brasil (ARAÚJO, 2017).

Desse modo, no contexto de discussão da escola pública para todos, uma aspiração emergente ao final do século XVIII até o século XXI continua sendo a perspectiva de criar os sistemas nacionais de ensino, a cargo do Estado. Tal discussão não isenta o Brasil, uma vez que o analfabetismo da população brasileira nos idos do século XIX chegava a 82%. Levando-se em consideração que a abolição da escravatura havia ocorrido em 1888. Antes de mais nada, a escola primária seria um meio para se atingir o progresso (ARAÚJO, 2017, p. 13).

Desde 1936, em atenção à determinação constitucional, o Plano Nacional de Educação (PNE) esteve em planejamento e discussão, quando enviado à Presidência da República em 18 de maio de 1937, o projeto foi frustrado com o Golpe “Estadonovista” ou a Terceira República. O mesmo ocorreria em 1962, no decorrer da Ditadura Militar, entre 1964 e 1985 (BRASIL, 1962). Ainda nas Constituições Federais de 1967 e 1969, o Plano Nacional de Educação está

previsto em ambas no Artigo 8º. Será retomado no decorrer da Nova República, a partir de 1985, havendo vários embates até a aprovação do PNE de 2001-2010 (BORDIGNON *et al.*, 2011).

Levando-se em consideração o número de habitantes entre o Império e as três primeiras Repúblicas e trazendo para os dias atuais, onde temos aproximadamente duzentos e quarenta milhões de habitantes, existentes no século XXI no Brasil, o índice atual de analfabetismo no país é quatro vezes maior do que em 2018, data do último do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. De acordo com o IBGE, o Brasil tem 14.194.397 pessoas que não sabem ler, escrever ou realizar as operações básicas de matemática. Quatro anos atrás, eram cerca de 11 milhões (IBGE, 2018).

Quando se faz uma análise sobre o PNE, em que foram estabelecidas vinte metas para a melhoria da qualidade do ensino básico do país, três delas não só não estão sendo cumpridas, como apresentam retrocesso. Uma delas é a erradicação do analfabetismo: a meta era ter 93,5% dos brasileiros acima de 15 anos alfabetizados até 2015; erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% o analfabetismo funcional até 2024. A prova de que o PNE falhou é que somente em 2020 a meta de 2015 foi atingida. O quadro de analfabetismo funcional aumentou, quando deveria regredir. Saiu de 27% da população de 15 a 64 anos com analfabetismo funcional em 2015 para 29% em 2018 (2022). Meta não atingida quando seria reduzir a 13,5% até 2024 (PNE, 2014-2024).

O que afirma o PNE (2014-2024):

Há metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais.

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE (BRASIL, 2014).

Na verdade, o PNE que está vigente até 2024, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, composta por 20 metas, com variado número de estratégias, necessita da expansão da rede pública, subsídio às políticas públicas, acessibilidade às instituições públicas, planos de ação em acordo com as metas de qualidade para a educação básica pública, provisão de equipamentos e de estruturas, como por exemplo é um projeto que envolve um conjunto de

operações, articulações da União, Estados e Municípios e o Distrito Federal, meios e investimentos que visualiza e aspira por uma educação brasileira diferenciada daquela que existe hoje, e existiu no passado. Afinal, o projeto de uma educação universalizante é algo que precisa de estruturas para instituições públicas, recursos humanos, formação de professores da rede pública e financiamento da educação pública (FREITAS, 2014).

1.1.2 Principais mudanças apontadas na BNCC (2017), mediante a necessidade econômica de formação profissional

Para que se entenda as mudanças, primeiramente há que se fazer a definição do que significa a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017). Este, é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394-96 (BRASIL, 1996) e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013).

Porém, faz-se necessário o apontamento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, em relação à Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderá ser desenvolvida nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em Educação Profissional (BRASIL, 1996, p. 31).

Ao voltar ao ano de 1988, quando se promulga a Constituição da República Federativa do Brasil, que prevê em seu Artigo 210 a BNCC, encontra-se os requisitos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. No parágrafo 1º faculta a matrícula ao Ensino Religioso, no 2º§ o Ensino Fundamental Regular será ministrado em Língua Portuguesa,

assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem (BRASIL, 1988).

No ano de 1996, precisamente em 20 de dezembro, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB). Esta trazia em seu Artigo 26, a regulamentação da Base Nacional Comum para a Educação Básica. (Lei 9.394/1996). Um ano após, em 1997, são consolidados em dez volumes, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), para o Ensino Fundamental, do 1º ao 5º Ano, apontados como referenciais de qualidade para a educação brasileira. Foram feitos para auxiliar as equipes escolares na execução de seus trabalhos e desenvolver o currículo (BRASIL, 1997). Dando prosseguimento aos PCN'S, a continuidade será para o Ensino Fundamental, do 6º ao 9º Ano, com a intenção de ampliar e aprofundar o debate educacional envolvendo pais, escola, governo e sociedade. Ainda no ano 2000, surgiram os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), em quatro partes. A ideia era cumprir o duplo papel de difundir os princípios da Reforma Curricular e orientar o professor na busca de novas abordagens e metodologias.

Primordialmente, em 2008 foi lançado o Programa Currículo em Movimento que funcionou até 2010. Em suma a fundamentação era melhorar a qualidade da Educação Básica por meio do desenvolvimento do currículo da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Como já dito, em 2010, foi realizada a Conferência Nacional da Educação (CONAE), com a presença de especialistas para debater sobre a Educação Básica. O documento fala da necessidade da BNCC, como parte de um PNE (BRASIL, 2010). Com as discussões provenientes de todo esse histórico, em 14 de dezembro de 2010, foram fixadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos, que entrou em vigor em 2011.

Já em 30 de janeiro de 2012 saiu a Resolução nº 2, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. No mesmo ano, é instituído o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), Portaria nº 867, de 04 de julho de 2012 (BRASIL, 2012).

Após todas essas portarias e conferências ainda teremos o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, em 2013. E enfim, o PNE, Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, com vigência de dez anos (BRASIL, 2014). O Plano tem 20 metas para a melhoria da qualidade da Educação Básica e 4 (quatro) delas falam sobre BNCC.

Em síntese, Demo (2001) afirma que

o professor precisa ser formulador de proposta própria, ou seja, precisa saber elaborar com autonomia. Enquanto sua função de socializador do conhecimento decresce e será substituída em grande parte, aumenta o desafio

formativo, tipicamente educativo, de fundamentar a emancipação própria e dos alunos (DEMO, 2001, p.6).

Trabalhando com o que realmente está na literatura da Base Nacional Comum Curricular, suas intenções para o dito Novo Ensino Médio e seus Itinerários Formativos, temos que a BNCC (2017), apresenta em sua escrita a organização em continuidade ao proposto para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, centrada no desenvolvimento de competências e orientada pelo princípio da educação integral. Portanto, as competências gerais da Educação Básica orientam igualmente as aprendizagens dessa etapa, como ilustrado no esquema da Figura 04, sejam as aprendizagens essenciais definidas na BNCC, sejam aquelas relativas aos diferentes itinerários formativos - cujo detalhamento é prerrogativa dos diferentes sistemas, redes e escolas, conforme previsto na Lei nº 13.415/2017 (Figura 04) (BRASIL, 2017).

Figura 04 - Ilustração das Competências Gerais da Educação Básica: Base Nacional Comum Curricular e Itinerários para o Ensino Médio.



Fonte: BNCC (2017).

As aprendizagens essenciais definidas na BNCC do Ensino Médio estão organizadas por áreas do conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas), conforme estabelecido no artigo 35-A da LDB 9394-96 (BRASIL 1996). Desde que foram introduzidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio/1998, pelo Parecer CNE/CEB nº

15/1998 (BRASIL, 1998), as áreas do conhecimento têm por finalidade integrar dois ou mais componentes do currículo, para melhor compreender a complexa realidade e atuar nela.

Conforme descrito no Parecer CNE/CP nº 11/2009

Essa organização não exclui necessariamente as disciplinas, com suas especificidades e saberes próprios historicamente construídos, mas, sim, implica o fortalecimento das relações entre elas e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo trabalho conjugado e cooperativo dos seus professores no planejamento e na execução dos planos de ensino (BRASIL, 2009).

Além dos itinerários formativos, que passam a ser uma “novidade” na escrita da BNCC, que modifica o que antes traziam as leis propostas é o protagonismo juvenil. Não menos citada na LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996), seria a universalização da educação em todas as esferas, bem como, a construção da sociedade democrática. Para tanto, podemos ver o trecho que trata sobre como o assunto é tratado.

O projeto de vida no contexto da BNCC caracteriza-se pelo [...] protagonismo e a autoria estimulados no Ensino Fundamental traduzem-se, no Ensino Médio, como suporte para a construção e viabilização do projeto de vida dos estudantes, eixo central em torno do qual a escola pode organizar suas práticas, (BRASIL, 2017, p. 4).

Ao se orientar para a construção do projeto de vida, a escola que acolhe as juventudes assume o compromisso com a formação integral dos estudantes, uma vez que promove seu desenvolvimento pessoal e social, por meio da consolidação e construção de conhecimentos, representações e valores que incidirão sobre seus processos de tomada de decisão ao longo da vida. Dessa maneira, o projeto de vida é o que os estudantes almejam, projetam e redefinem para si ao longo de sua trajetória, uma construção que acompanha o desenvolvimento da(s) identidade(s), em contextos atravessados por uma cultura e por demandas sociais que se articulam, ora para promover, ora para constranger seus desejos (ARAÚJO; ARANTES; PINHEIRO, 2020).

Logo, é papel da escola auxiliar os estudantes a aprender a se reconhecer como sujeitos, considerando suas potencialidades e a relevância dos modos de participação e intervenção social na concretização de seu projeto de vida. É, também, no ambiente escolar que os jovens podem experimentar, de forma mediada e intencional, as interações com o outro, com o mundo, e vislumbrar, na valorização da diversidade, oportunidades de crescimento para seu presente e futuro (BRASIL, 2017).

Dessa forma, quando se fala em BNCC, enquanto um documento normativo e não uma lei, muito ainda deverá ser mudado. Visto que, para se chegar ao que se espera de uma educação

de qualidade e universalizante, que abranja os jovens do Ensino Médio e Técnico com formação profissional na Educação Básica, as garantias de investimentos em políticas públicas inexistem.

Projeta-se um Novo Ensino Médio Integral, sem priorizar a integralidade da estada do aluno no ambiente escolar. Simplesmente para a contenção de gastos, com grades curriculares afetadas apostando em aulas consideradas de menor valor pedagógico. Normalmente as reformas na educação são discutidas com quem de fato está envolvido com o assunto ou o conhece profundamente. Nesse caso das mudanças tanto do Novo Ensino Médio Integral quanto da BNCC, não houve sequer questionamentos feitos a quem por direito pudesse participar de suas elaborações (BRASIL, 2017).

Segundo Gontijo (2018)

a BNCC padroniza as práticas pedagógicas e limita a integração e progressão das habilidades específicas do docente, dificultando a formação integral do aluno e direcionando-o para a formação do homem produtivo, com habilidade técnica profissional limitada até mesmo para a adaptação e qualificação continuada, uma vez que não apresenta uma formação crítica e autônoma (GONTIJO, 2018, p.92).

Para Saviani (2016)

a função dessa nova norma é ajustar o funcionamento da educação brasileira aos parâmetros das avaliações gerais padronizadas. Essa circunstância coloca em evidência as limitações dessa tentativa, pois, [...] essa subordinação de toda a organização e funcionamento da educação nacional à referida concepção de avaliação implica numa grande distorção do ponto de vista pedagógico (SAVIANI, 2016, p. 75).

1.2 A integração entre a Educação Profissional e o ensino médio, com base num projeto de Educação Profissional integrado

No projeto do governo federal, a organização e conteúdo básico explicitados na LDB (BRASIL, 1996), particularmente nos pareceres e portarias que a regulamentam, a Educação Profissional subordina-se ao ideário do mercado e do capital e de um modelo de desenvolvimento excludente, concentrador de renda, predatório. Mercado e capital sem controles da sociedade - flexível e desregulamentado que gera desemprego, subemprego e exclusão. Neste horizonte a educação em geral, mas especialmente na Educação Profissional se vincula a uma perspectiva de adestramento, acomodação, mesmo que se utilizem noções como

as de educação polivalente e abstrata. Trata-se de conformar um cidadão mínimo, que pense e reaja minimamente.

Trata-se de uma formação numa ótica individualista, fragmentária - sequer habilita o cidadão e lhe dá direito a um emprego, a uma profissão, tornando-o apenas um mero “empregável” disponível no mercado de trabalho sob os desígnios do capital em sua nova configuração (FRIGOTO, 2001, p.10). Explicita-se, aqui, a subordinação ao ideário do Banco Mundial para os países semiperiféricos ou periféricos do capitalismo, que situa a educação para esses países como estratégia de alívio da pobreza e filantropia social (BANCO MUNDIAL, 2017).

A Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. A mudança tem como objetivos garantir a oferta de educação de qualidade a todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade (BRASIL, 2022).

Segundo a professora da Universidade de Campinas, Freitas (2017), esta nova versão da BNCC está alinhada muito mais com as perspectivas da OCDE, especialmente com a publicação *Education Policy Analysis* (1998), na qual utilizam-se expressões como: ‘trazer outra vez os professores para o retrato’; ‘colocar os professores no *centro* dos processos sociais e econômicos’; ‘os professores são os profissionais mais *relevantes* na construção da sociedade do futuro’; ‘os professores têm de voltar para o *centro* das estratégias culturais’; ‘os professores estão no *coração* das mudanças’. Tudo isso para concluir que “a *centralidade* dos professores nem sempre é devidamente reconhecida no plano político”(GRABOWISKI, 2019).

Segundo dados do Banco Mundial (BM), na Finlândia a carreira de professor é a mais valorizada. Somente os estudantes com mais destaque e formação mínima de mestrado, em universidades públicas, em tempo integral, com formação de outros professores baseada em pesquisas, para desenvolver profissionais pesquisadores e líderes sociais. O Estado e a sociedade compreendem que bons professores formam excelentes escolas (GRABOWISKI, 2019). Conclui-se então, que em alguns países que a educação recebe um olhar especial, o segredo do sucesso da educação não se deve à sorte, nem às reformas, tampouco a metodologia própria, mas ao investimento na formação e no trabalho do professor. As reformas educacionais

e as mudanças curriculares são pensadas pelos professores, pois eles são os maiores especialistas das ciências da educação.

O que atrai então os melhores jovens para a docência? Antes de mais nada, o local de trabalho, que permite aos professores cumprirem sua missão formadora de novas gerações. Outros pontos não menos importantes, é que as escolas são concebidas como comunidades de aprendizagem profissional sob a liderança do professor, o nível salarial, a possibilidade de crescimento salarial e desenvolvimento na carreira (UNESCO, 2018).

A história da Educação no Brasil e a respectiva legislação são pensadas e colocadas em prática muitas vezes sem as devidas discussões, com seu objetivo bem traçado, que é o desenvolvimento econômico. Não se pensa num projeto societário. Muito menos nas políticas educacionais. Como se observa na citação a seguir:

Todavia, também a experiência histórica demonstrou que, na ordem do capital, por razões econômico-sociais e culturais, mesmo num quadro de democracia política, os projetos societários que respondem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas sempre dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes proprietárias e politicamente dominantes (NETTO, 2006, p. 3).

A reconstrução da Educação Profissional no Brasil acontece a partir da década de 1930. Mudanças pelas quais passaram a educação secundária e o ensino médio no século XX, mediante uma aproximação com as leis da educação brasileira. Nesse período realiza-se, de forma incompleta, como explica Fernandes (1996), a revolução burguesa, instaurando-se, assim, o modo de produção capitalista e com ele, o processo de industrialização. A partir deste, a formação dos trabalhadores, torna-se uma necessidade econômica e não mais uma medida exclusivamente social, como forma de proporcionar ocupação aos desvalidos da sorte, nos termos do Decreto nº 7.566 em 23 de setembro de 1909, do presidente Nilo Peçanha, em que se criava 19 Escolas de Aprendizes e Artífices (RAMOS, 2002).

Em 1942 foi elaborado o Decreto-Lei nº 4.076, de 30 de janeiro do mesmo ano. Ficou conhecido como Lei Orgânica do ensino Industrial. Definia entre outras ideias, que o Ensino Industrial seria ministrado em dois ciclos: o primeiro ciclo abrange o ensino industrial básico, o ensino de mestría, o ensino artesanal e a aprendizagem; o segundo ciclo compreende o ensino técnico e o ensino pedagógico (BRASIL, 1942a).

DECRETO-LEI Nº 4.073, DE 30 DE JANEIRO DE 1942
CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO GERAL DO ENSINO INDUSTRIAL
SECÇÃO I

Dos ciclos, ordens e secções

Art. 6º O ensino industrial será ministrado em dois ciclos.

§ 1º O primeiro ciclo do ensino industrial abrangerá as seguintes ordens de ensino:

1. Ensino industrial básico.
2. Ensino de mestria.
3. Ensino artesanal.
4. Aprendizagem.

§ 2º O segundo ciclo do ensino industrial compreenderá as seguintes ordens de ensino:

1. Ensino técnico.
2. Ensino pedagógico (BRASIL, 1942a).

Essas Leis Orgânicas ou a chamada Reforma Capanema, foi promulgada durante o Estado Novo, na gestão do Ministro Gustavo Capanema. Trazia assim, a velha tradição do Ensino Secundário acadêmico, propedêutico, aristocrático, contemplando o prosseguimento ao Ensino Superior, fruto da Constituição de 1937 que fortaleceu o ensino privado. Esse conjunto de Leis Orgânicas regulamentava o Ensino Profissional nos diversos ramos da economia, bem como o ensino normal. Não havia organicidade entre cada um desses segmentos. Eram duas estruturas educacionais paralelas e independentes. Destarte, a reforma aparece num momento propício, onde existe um objetivo, o desenvolvimento nacional.

Portanto, existe claramente as relações de classe e a necessidade de organização do ensino profissional, onde se estabeleceu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, constituída de escolas técnicas, industriais, artesanais e de aprendizagem, conforme já esclarecido anteriormente. Momento pelo qual também foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), pelo Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942 (BRASIL, 1942b).

Esse quadro de industrialização exigiu uma qualificação maior de mão de obra. Dessa maneira, o Ensino Técnico Industrial vai ganhando maior dimensão. Em 1959, a Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro, estabeleceu nova organização escolar administrativa para estabelecimentos do ensino Industrial. Será regulamentado o Decreto nº 47.038, de 16 de novembro de 1959 que definiu as Escolas Técnicas comporiam a rede federal de ensino técnico, transformando-as em autarquias e em Escolas Técnicas Federais. Nesse momento, percebe-se o Estado assumindo parte da qualificação de mão de obra como parte do plano dos investimentos estratégicos (RAMOS, 2014).

Os debates em torno da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi relevante. Iniciou-se em 1946, onde também foram instituídas pela Constituição do mesmo ano, que “as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação,

aprendizagem aos seus trabalhadores” (BRASIL, 1946). Os tais debates serão concluídos em 1961, começam no governo de Juscelino Kubitschek, com o Plano de Metas, que previa 50 anos em 5 e se concretizará no governo de João Goulart. Assim sendo, a política de Educação Profissional deveria permear os caminhos do capital estrangeiro e os diversos acordos internacionais que darão sustentação para a implantação e consolidação da Educação Profissional e tecnológica no Brasil.

Para Frigotto (2010)

A educação no Brasil, particularmente nas décadas de 1960 e 1970, de prática social que se define pelo desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes, concepções de valores articulados às necessidades e interesses das diferentes classes e grupos sociais, foi reduzida, pelo economicismo, a mero fator de produção – “capital humano”. Asceticamente abstraída das relações de poder, passa a definir-se como uma técnica de preparar recursos humanos para o processo de produção. Essa concepção de educação como “fator econômico” vai constituir-se numa espécie de fetiche, um poder em si que, uma vez adquirido, independentemente das relações de força e de classe, é capaz de operar o “milagre” da equalização social, econômica e política entre indivíduos, grupos, classes e nações (FRIGOTTO, 2010, p. 20).

Nesse período do Governo João Goulart (1960-1964), houve a promulgação da primeira LDB (BRASIL, 1961); debates acerca do campo político e social, contrário a ideologia de desenvolvimento então vigente para a época, que colocava a escola como responsável pela formação da mão-de-obra preparada, visando somente o quesito da economia. A formação da classe trabalhadora brasileira era estratégica, do ponto de vista técnico e ideológico.

Talvez, o ponto de maior impacto no ensino secundário foi a reforma de 1971, quando se instituiu a Lei 5.692, que de certa maneira, orientou a concepção de educação básica e profissional. Dando prosseguimento às mudanças na Educação Profissional, completada uma década após a aprovação da primeira LDB nº 4.024 de 20/12/1961, atendendo as necessidades de um projeto relacionado ao desenvolvimento brasileiro (BRASIL, 1996).

Durante o Período da Ditadura Civil e Militar, que durou de 1964 a 1985, em que também estava posta uma nova Constituição Federal, estabelecida em 1967. Esta foi alvo de Emenda Constitucional nº 1, em 17 de outubro de 1969 e merece demarcações em função da Reforma de 11 de agosto de 1971 fixar as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Para registrar, houve a Reforma Universitária por meio da Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, com normas de organização e funcionamento do Ensino Superior. A liberdade de ensino foi preservada. Visto que, nesses dois marcos legislativos principais não foram travadas discussões entre defensores das escolas pública e privada (ARAÚJO, 2017).

Com o objetivo de aumentar a mão de obra qualificada e atender aos programas de desenvolvimento nos diversos setores, tentou-se adequar o sistema educacional às crescentes necessidades do país, principalmente no que se refere à formação profissional de nível médio (MACHADO, 1989, p. 53).

Assim, nesse contexto, o maior impacto foi no ensino secundário, com a reforma de 1971, com a Lei nº 5.692, de 11 de agosto. A proposição como compulsória a profissionalização em todo o 2º grau, com medidas significativas da prática economicista no plano político, atrelando educação e produção capitalista. O que adequava ao tipo de opção feita por um capitalismo associado ao grande capital. Ou seja, a contradição está na crescente função propedêutica do Ensino Técnico contrapondo ao propósito abrangente de acesso ao Ensino Superior.

Com uma política de incentivo nacional e internacional, a rede de Escolas Técnicas Federais foi consolidada em 1959. O que permitiu ocupar um lugar estratégico na composição da força de trabalho industrial brasileira, o que culminou na transformação de alguns Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's). Esse projeto foi apoiado internacionalmente, com contrato de empréstimo assinado em 21 de junho de 1971, com prazo de execução até 30 de dezembro de 1975, na forma do Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio, que tiveram a participação de brasileiros e americanos. A formação dos professores brasileiros para tal projeto foi feita pelo programa de mestrado na Universidade Estadual de Oklahoma, Estados Unidos (BRASIL, 1971).

Observa-se assim, que nos anos de 1970, as reformas educacionais fizeram parte do mito da economia planificada. Os I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento nada mais são que o espelho do que determinava os governos militares. A intenção de implementar o desenvolvimento acelerado junto à máquina estatal. O princípio era criar condições para que o país enfrentasse a competição econômica e tecnológica modernas. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BM) eram as principais fontes de financiamento, juntando à entrada das multinacionais. Em suma, o país se endividava para crescer, com a abundante oferta de capital (RAMOS, 2014).

Para justificar aos jovens que não ingressavam nas universidades, a alegação era um discurso bem programado. A de que havia necessidade no mercado de trabalho e que tais jovens tinham a oportunidade de uma vida economicamente ativa imediata após a conclusão do 2º grau. Ocorre que este último argumento não condizia com o projeto de ascensão social da classe média. Este, portanto, foi rejeitado. A consequência disto foram medidas de ajustes curriculares

nos cursos profissionais - reconhecidos nos pareceres do Conselho Federal de Educação e, finalmente, a extinção da profissionalização obrigatória no 2º grau pela Lei nº 7.044 em 1982 (BRASIL, 1982).

Essa obrigatoriedade da profissionalização no 2º grau, os fatos das escolas técnicas federais serem referência na oferta do ensino profissionalizante, fez com que essas fossem procuradas para estabelecer convênios com outras instituições, trazendo consigo descontentamento com outros sistemas de ensino impostos por essa política.

O processo de redemocratização do Brasil trouxe novos elementos políticos num cenário de grave crise econômica mundial. Os anos de 1980 foram observados como “perdidos”. O Estado teve uma marca populista em relação à Educação Profissional, expandindo a rede federal, com a implantação das Unidades de Ensino Descentralizadas. Sem perspectivas econômicas, sociais, e políticas do país.

Para Ciavatta (2014)

as Reformas na Educação Profissional têm se realizado mais por vias de programas do que por políticas, e distinguimos programas de políticas, pois os programas são ações pontuais, governamentais e estão sujeitos à descontinuidade, mudando de acordo com os governos ou com prazos determinados. As políticas públicas, ao contrário, possuem universalização aparatos legais que garantem continuidade democrática, assegurando a todos os mesmos direitos (CIAVATTA, 2014, p. 58).

Em 20 de dezembro de 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394, que tem em torno de dezenas de modificações ou inserções referentes às alterações de teor redacional. Os seus três primeiros artigos são fundamentais, e estão intrinsecamente ligados à Constituição Federal de 1988, Artigos 1º, 2º e 3º. Basicamente, tratam sobre vida familiar, convivência humana, trabalho instituições de ensino, movimentos sociais, sociedade civil, direitos e deveres dos cidadãos (BRASIL, 1988).

Já o PNE, que se encontra em vigência de 2014 a 2024, traz vinte metas para a Educação Básica. Dentre as quais este trabalho de pesquisa versará sobre a meta oito (8) e meta onze (11), que tratam da Educação Profissional.

Meta 8: a elevação da escolaridade média da população de dezoito (18) a vinte e nove (29) anos, o objetivo da Estratégia nº 4 é de “expandir a oferta gratuita de Educação Profissional Técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados [...] Meta 11: Estratégia - “triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, assegurando a qualidade

da oferta e pelo menos cinquenta por cento (50%) da expansão no segmento público (BRASIL, 2014).

Para a Professora Ramos (2019), “o Plano foi aprovado dentro de um contexto em que a política educacional profissional estava em um processo de expansão. Desde 2016, a Educação Profissional deixou de ser prioridade, em especial no setor público. Principalmente na forma integrada”, avalia a professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde João Venâncio. O início do fim, de acordo com ela, foi a reforma do ensino médio, enviada por medida provisória pelo ex-presidente Michel Temer em 2016. Com a reforma, que se tornou lei em 2017, a Educação Profissional deixou de ser integrada ao ensino médio para ser um itinerário formativo (BRASIL, 2017).

SEÇÃO 2. BREVE HISTÓRIA DA AUTARQUIA CENTRO PAULA SOUZA (CPS)

2.1 Centro Paula Souza: instituição do governo do estado de São Paulo

Segundo Ramos (2014), o quadro de industrialização no Brasil, exigiu uma qualificação maior de mão de obra. Dessa maneira, o Ensino Técnico Industrial vai ganhando maior dimensão. Em 1959, a Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro, estabeleceu nova organização escolar administrativa para estabelecimentos do ensino Industrial. Foi regulamentado o Decreto nº 47.038, de 16 de novembro de 1959 que definiu as Escolas Técnicas comporiam a rede federal de ensino técnico, transformando-as em autarquias e em Escolas Técnicas Federais. Nesse momento, percebe-se o Estado assumindo parte da qualificação de mão de obra como parte do plano dos investimentos estratégicos (RAMOS, 2014).

Para dar continuidade a essa citação acima, entramos na história da Autarquia Centro Paula Souza (CPS), pertencente ao Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). Presente em 365 municípios, a instituição administra 224 Escolas Técnicas (Etecs) e 75 Faculdades de Tecnologia (Fatec's) estaduais, com mais de 323 mil alunos em cursos técnicos de nível médio e superior tecnológicos. Nas Etecs, mais de 226 mil estudantes estão matriculados nos Ensinos Médio, Técnico integrado ao Médio e no Ensino Técnico, incluindo habilitações nas modalidades presencial, semipresencial, *online*, Educação de Jovens e Adultos e especialização técnica. As Etecs oferecem 224 cursos, voltados a todos os setores produtivos públicos e privados (SÃO PAULO, 2022).

Já as Fatecs, atendem mais de 96 mil alunos matriculados em 86 cursos de graduação tecnológica, em diversas áreas, como Construção Civil, Mecânica, Informática, Tecnologia da Informação, Turismo, entre outras. Além da graduação, o CPS oferece cursos de pós-graduação, atualização tecnológica e extensão.

A instituição foi criada pelo Decreto-Lei de 6 de outubro de 1969, na gestão do governador Roberto Costa de Abreu Sodré (1967 – 1971), como resultado de um grupo de trabalho para avaliar a viabilidade de implantação gradativa de uma rede de cursos superiores de tecnologia com duração de dois e três anos (SÃO PAULO, 1969).

Em 1970, começou a operar com o nome de Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo, com três cursos na área de Construção Civil (Movimento de Terra e Pavimentação, Construção de Obras Hidráulicas e Construção de Edifícios) e dois na área de Mecânica (Desenhista Projetista e Oficinas). Era o início das Faculdades de Tecnologia do

Estado. As duas primeiras foram instaladas nos municípios de Sorocaba e São Paulo. Passou a se chamar Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza em 1973, em homenagem ao engenheiro e professor Antônio Francisco de Paula Souza.

A trajetória do Centro Paula Souza vai além de seus 50 anos de fundação. Sua memória mistura-se com a história centenária do ensino profissional público em São Paulo. Em 1969, o órgão nasceu com a missão de organizar os primeiros cursos superiores de tecnologia, mas no decorrer das décadas, acabou englobando também a Educação Profissional do estado em nível médio, absorvendo unidades já existentes e construindo novas Etecs e Fatecs para expandir o ensino profissional a todas as regiões do Estado.

Em setembro de 2021, o Centro Paula Souza foi reconhecido como Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT). Este reconhecimento, que era pleiteado junto ao Conselho das Instituições de Pesquisa do Estado de São Paulo (Consip), desde 2019, representou um divisor de águas para o CPS. Como ICT, a instituição pode atuar na área de pesquisa, buscar oportunidades de novas parcerias com setor privado e, sobretudo, apoiar o Estado de São Paulo na geração de novos negócios com base tecnológica, contribuindo para a ampliar sua competitividade (DOE, SDE nº60, 30/12/2021).

2.2 A Missão da Instituição Centro Paula Souza

A missão do Centro Paula Souza (CPS) é promover a educação pública profissional e tecnológica dentro de referenciais de excelência, visando o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2022).

A visão da Instituição, em relação ao processo de fortalecimento da Educação Básica, é a de consolidar-se como referência nacional na formação e capacitação profissional, bem como na gestão educacional, estimulando a produtividade e competitividade da economia paulista.

Dentre os valores a que se propõe a CPS estão: a valorização e desenvolvimento humano; a postura ética e o comprometimento; respeito a diversidade e a pluralidade; compromisso com a gestão democrática e transparente. Os Objetivos Estratégicos a que atende às DCN's e ao PNE, inserem-se: atender às demandas sociais e do mercado de trabalho; obter a satisfação dos públicos que se relacionam com o Centro Paula Souza (stakeholders); alcançar e manter o grau de excelência em seus processos de ensino e aprendizagem; assegurar a perenidade do crescimento da instituição com recursos financeiros disponíveis ; celeridade e efetividade na prestação de serviços; formar profissionais atualizados em tecnologias e

processos produtivos, capazes de atuar no desenvolvimento tecnológico e inovação; promover a cultura de inovação e empreendedorismo; aumentar eficiência, produtividade e competitividade da instituição e ampliar a oferta da Educação Profissional (BRASIL, 2022).

Mas, o que são *stakeholders*? Podemos defini-los como: “grupos e indivíduos que, de uma forma ou de outra, apresentam algum nível de interesse nos projetos, atividades e resultados de uma determinada organização” (RABELLO, 2022). Em uma tradução direta, seria algo parecido com todas as partes interessadas de uma empresa.

Dessa forma, o termo de origem inglesa é utilizado para se referir a pessoas com algum grau de influência que são impactadas pelas decisões que a empresa toma, positiva ou negativamente. Esse grupo de indivíduos pode ser colaboradores, investidores, clientes e fornecedores. Ou seja, quando falamos de *stakeholders*, estamos nos referindo a pessoas que são impactadas pelas decisões da empresa. Esses impactos podem ser pequenos, médios ou grandes. A lógica é que os gestores das organizações possam estar cientes que as decisões e a gestão dos projetos impactam na vida de várias pessoas, que fazem parte dessa cadeia de pessoas (RABELLO, 2022).

2.3 Um Histórico da Escola Técnica Estadual Professor Alcídio de Souza Prado, em Orlândia/SP

A escola profissionalizante de Orlândia foi instalada com o intuito de sanar a demanda do comércio e indústria por profissionais aptos para o trabalho. A escola que originou atual Etec foi criada em 23 de fevereiro de 1948, pela Lei nº 77 (SÃO PAULO, 1948) e instalada no ano seguinte. Em sua criação, a escola oferecia cursos de Mecânica Geral e Cortes; Costura e Bordados.

A partir de 1958, a escola passa a ser denominada de Escola Artesanal, com o acréscimo dos cursos de Desenho, Iniciação de torneiro mecânicos e serviços domésticos (SÃO PAULO, 2022).

Em 1958 a Escola Artesanal transformou-se em Industrial, conforme publicação da lei 4.755, no Diário Oficial do Estado, com ofertas dos cursos profissionalizantes denominados Economia Doméstica, Mecânica Geral, Bordados e Corte e Costura. (SÃO PAULO, 1958).

Devido ao aumento do número de matriculados, em 1965, a escola passa a chamar Ginásio Industrial Estadual de Orlândia, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 44.533, de 18 de fevereiro de 1965, a instituição passa então a registrar seus diplomas, válidos em todo o território nacional (SÃO PAULO, 1965).

No ano de 1967 a escola tem seu nome modificado, através da lei Lei nº 792/1967, passando a chamar Ginásio Industrial Estadual "Professor Alcídio de Souza Prado" (SÃO PAULO, 1967). A instituição educacional, oferece, a partir de então, I Grau - 5ª a 8ª série (BRASIL, 1971) e em 1975, passa a oferecer também o II Grau.

Em 1993, após ter alteração do nome para Centro Estadual Interescolar Professor Alcídio de Souza Prado (1976), Escola Estadual de Segundo Grau "Professor Alcídio de Souza Prado" (1978), Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau "Professor Alcídio de Souza Prado" (1980), Escola Técnica de Segundo Grau "Professor Alcídio de Souza Prado" (1989), a escola passa a ser denominada de Escola Técnica Estadual Professor Alcídio de Souza Prado e é transferida, juntamente com outras escolas públicas profissionalizantes do estado de São Paulo, para a rede do Centro Paula Souza, resultando na incorporação de 83 escolas (ETEC, 2022).

O Centro Paula Souza é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento. De acordo com dados oficiais do governo do Estado de São Paulo, o CPS encontra-se “365 municípios [e] a instituição administra 224 Escolas Técnicas (Etecs) e 75 Faculdades de Tecnologia (Fatecs) estaduais, com mais de 323 mil alunos em cursos técnicos de nível médio e superiores [sic] tecnológicos” (SÃO PAULO, 2022).

2.4 Dados quantitativos e qualitativos da Instituição Professor Alcídio de Souza Prado em Orlandia/SP, relacionados aos cursos técnicos integrados ao médio

Para explicarmos a importância do Centro Paula Souza em todo o Estado de São Paulo, devemos começar por alguns números que são indicativos de qualidade dentro e fora da instituição, como por exemplo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Este, foi criado em 2007 para monitorar o desempenho da educação no Brasil. O indicador reúne o fluxo escolar (aprovação, retenção e evasão) e as médias de desempenho nas provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica. As Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) mostraram em 2019, a qualidade do ensino que oferecem à população de São Paulo (SÃO PAULO, 2022).

O Ministério da Educação anunciou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2019 para todo o Brasil. A média do Ideb das 166 Escolas Técnicas Estaduais (ETECs), participantes foi seis (6). Esse índice está acima da média das escolas de Ensino Médio do Brasil (4,2) e acima dos resultados de todas as regiões do País: Norte (3,6), Nordeste (3,9), Centro-Oeste (4,4), Sul (4,4) e Sudeste (4,4).

Também é superior à média das escolas do Estado de São Paulo, que é 4,6. Ressaltando ainda, que entre as 100 escolas públicas brasileiras com melhor resultado no Ideb de 2019, 50

são Etecs. Das 50 melhores escolas públicas do Estado, 44 (88%) são Etecs. Na Capital, entre as 20 melhores escolas públicas, 16 (80%) são Etecs. Segundo a Diretora-Superintendente do Centro Paula Souza (CPS), Laura Laganá, o sucesso é um conjunto de fatores. “Esses excelentes resultados são reflexo da prioridade que temos dado à atualização contínua dos currículos, à capacitação sistemática de professores e à supervisão pedagógica, sempre atuante (SÃO PAULO, 2022)”, afirma a diretora-superintendente do CPS, Laura Laganá.

Fazendo parte deste, que hoje é um referencial em toda a região da Alta Mogiana, a Escola Técnica Professor Alcídio de Souza Prado, tem a missão de oferecer ensino gratuito de qualidade, o que a fez perpassar desde o oferecimento do 1º grau (de 1975 a 1988), Ensino Fundamental (de 1989 a 1994), Supletivo de Ensino Fundamental (de 2000 a 2002), Supletivo de Ensino Médio (de 1999 a 2003), Magistério (de 1976 a 1992), extensão (Escola Profissionalizante Vale do Rosário, em 1981), classe descentralizada de Técnico em Enfermagem, na cidade de Morro Agudo (2001 a 2002), cursos extraordinários (profissionalizantes das décadas de 1940 e 1950), cursos avulsos de Pintura (de 1966 a 1967), qualificação básica, ensino de II Grau/Médio, com todos os percalços impostos pelas legislações de época, denominados como técnicos setoriais primários, secundários e terciários, Inciso III, integrados como o ETIM- Técnico de Informática Integrado ao Ensino Médio (a partir de 2012), que neste ano de 2019 passou a ser substituído gradativamente por Habilitação Profissional de Técnico em Desenvolvimento de Sistemas integrado ao Ensino Médio, e o M-TEC: Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico em Administração - a partir de 2018 (ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL, 2018).

Finalmente, segue a listagem dos cursos profissionalizantes e Técnicos, como os de Administração (desde 2000), Comércio (2011 a 2012), Contabilidade (1986 a 1999, e 2008 aos dias atuais), Desenhista de Arquitetura (1993 a 1995), Desenhista Mecânico (1976 a 1987), Economia Doméstica (1975 a 1978), Enfermagem (desde 1994), Farmácia (2004 a 2009 e segundo semestre de 2010 até os dias atuais), Finanças (desde 2014), Informática (desde 1999), Informática para Internet (2010 a 2014, e de 2017 aos dias atuais), Jurídico (2009 a 2014), Logística (2009 a 2011), Marketing e Vendas (2004 a 2008), Marketing (desde 2010), Processamento de Dados (1990 a 1999), Recursos Humanos (desde 2013), Vendas (2009) e Secretariado (de 2009 a 2013) (ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL, 2018).

A Escola Técnica Estadual Professor Alcídio de Souza Prado, uma das Unidades do Centro Paula Souza (CPS), atualmente está instalada na região central da cidade, em um moderno prédio de dois pavimentos que, além das salas de aula, conta com laboratórios de

Informática, Gestão, Contabilidade, Farmácia e Enfermagem, Biblioteca, Salão de Eventos, Centro de Memória e quadra coberta. Em sua trajetória histórica, a Etec Alcídio atende à clientela da região, inserida de maneira respeitável perante a comunidade. No ano de 2022, esta unidade de ensino técnico conta com oitenta (80) professores das mais diversas graduações, e vinte funcionários (20), também com o total de mil cento e trinta e cinco alunos. No 2º semestre de 2022, este é o panorama dos cursos oferecidos (Figura 05).

Figura 05 - Eixo Tecnológico, Cursos/ Habilitações oferecidos e total de alunos da Escola Técnica Professor Alcídio de Souza Prado.

Eixo Tecnológico/ Educação Básica	Curso/Habilitação	Desistências	Transf. Expedidas	Transf. Recebidas	Trancamentos	Total
Ambiente e Saúde	Enfermagem	0	0	0	0	37
Ambiente e Saúde	Farmácia	0	0	0	0	63
Educação Básica	Ensino Médio	0	0	0	0	41
Gestão e Negócios	Comércio	0	0	0	0	40
Gestão e Negócios	Administração - 20% On-line	0	0	0	0	59
Gestão e Negócios	Contabilidade	0	0	0	0	22
Gestão e Negócios	Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico em Administração - MTec	0	0	0	0	304
Gestão e Negócios	Finanças	0	0	0	0	39
Gestão e Negócios	Recursos Humanos	0	0	0	0	29
Informação e Comunicação	Desenvolvimento de Sistemas (Etim)	0	0	0	0	75
Informação e Comunicação	Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico em Desenvolvimento de Sistemas - MTec	0	0	0	0	322
Informação e Comunicação	Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico em Desenvolvimento de Sistemas - MTec-PI	0	0	0	0	40
		0	0	0	0	1.071

Fonte: Banco de Dados do Centro Tecnológico - (SÃO PAULO, 2022).

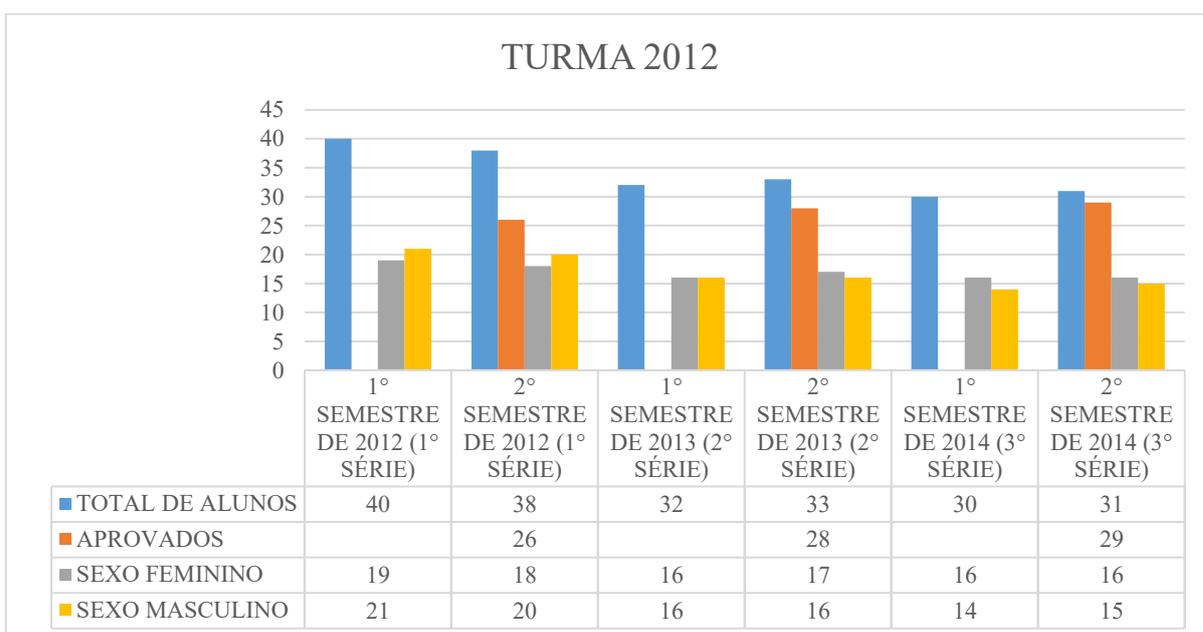
Para melhor olharmos o perfil dos alunos que iniciaram o curso denominado ETIM, ou seja, Ensino Técnico Integrado ao Médio, é que se segue uma análise sobre os alunos que adentraram as primeiras vagas ofertadas no ano 2012, e que por motivos analisados abaixo, mostrou grande número de evasão. Provavelmente em função de ser um curso novo, integrado ao Ensino Médio.

Esta sala está dentro do Eixo Tecnológico de Informação e Comunicação da Escola Técnica Alcídio de Souza Prado, com Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (período diurno), como previa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, pela Resolução CNE/CNB nº 6/2012, com fundamento no Parecer CNE/CNB nº 11/2012 (BRASIL, 2012).

Analisando os dados dessa primeira sala que cumpriu ao final do ciclo de três anos (Gráfico 01), o que determinava Resolução CNE/CNB nº 6/2012, com fundamento no Parecer CNE/CNB nº 11/2012, percebe-se que a evasão foi de vinte e dois e meio por cento (22,5%). Quando se verifica o total de alunos no ano de 2014, de trinta e um (31) alunos, para uma sala

de aula que começou com quarenta alunos (40). Os motivos a serem considerados para explicar as evasões são os mais diversos. Podemos destacar: desistência, retenção ao final dos anos letivos, promoção nos anos anteriores com progressão parcial de disciplinas, trancamentos, transferências para estudar no período noturno, entre outros.

Gráfico 01 - Análise da primeira turma do Curso Técnico Integrado ao Médio (ETIM), a relação dos alunos da turma de 2012, quanto ao número de alunos ingressantes, aprovados e por gênero (masculino e feminino).



Fonte: Autora (2022).

Conclui-se que a taxa de aprovação foi de vinte e nove alunos (29). Portanto, o número real de evadidos no sistema foi de (27,5%) de alunos, ao final do ciclo. Ao observar as perdas da 1ª série para a 3ª série, verifica-se um ganho em relação as evasões registradas no sistema: 1ª série – a perda foi 30%; 2ª série – perda de 12,5%; 3ª série – perda de 5%.

Ainda podemos observar, quanto ao gênero masculino e feminino dentro do curso de Informação e Comunicação ao final de cada ano/série: 1ª série – 20 meninos e 18 meninas; 2ª série- 16 meninos e 17 meninas; 3ª série – 15 meninos e 16 meninas. Neste caso houve maior evasão do gênero masculino.

SEÇÃO 3. DISCUSSÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO ALUNO FORMADO COMO PROFISSIONAL TÉCNICO EM UMA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL – ETEC

3.1 Escola Técnica Alcídio de Souza Prado e o Curso Integrado ao Técnico – ETIM

Antes de mostrar os dados referentes aos anos 2012 a 2017, deve-se recapitular que o trabalho educativo como espaço para o processo de apropriação dos conhecimentos produzidos historicamente, e, portanto, trata-se de um desenvolvimento que parte “do em si para si, isto é, do espontâneo ao intencional.” (DUARTE, 2016, p.40).

Primordialmente devemos mostrar a justificativa da adoção do curso Ensino Técnico Integrado ao Médio no Eixo Tecnológico de Informação e Comunicação, que terá ao seu término, quatro mil e sessenta e quatro horas (4.064 h), incluindo as cento e vinte horas (120) de Trabalho de Conclusão de Curso, totalizando quatro mil e seiscentas aulas (4.600 aulas) ao final das três séries/anos.

Para que o curso fosse implantado na Escola Técnica Alcídio de Souza Prado e pudesse ser ofertado entre os anos de 2012 e 2023, a justificativa foi de que a era digital se faz presente, e que estamos na era da informação. Assim fica cada vez mais evidente a importância da criação de métodos, procedimentos e profissionais capacitados para suprir as necessidades mercadológicas atuais e futuras. Os volumes de dados estavam maiores e soluções para armazenamento, tratamento, filtro de informações e segurança eram mais procuradas.

A troca de informações pela Internet, o *e-commerce*, transações bancárias e o compartilhamento de conteúdo, isso para citar algumas das opções que movimentavam o mundo virtual e aumentavam exponencialmente a utilização da rede, com a utilização de celulares, tablets e outros dispositivos móveis. Empreendedorismo digital era a palavra do momento, sendo uma opção para muitos que estão encontrando possibilidades de romper paradigmas com relação à atuação no mercado de trabalho (SÃO PAULO, 2022).

Na oportunidade e conferindo veracidade à pesquisa realizada pela *ManpowerGroup* (empresa global de recrutamento e seleção de pessoas para vagas de emprego), no ano de 2012, sobre a “Escassez de Talentos”, foi identificado que as empresas pesquisadas estavam com dificuldades em preencher postos de trabalho. No Brasil, 71% dos empregadores entrevistados afirmavam ter dificuldades para contratar funcionários com o perfil desejado. Esses dados apontavam para muitas vagas em aberto, devido à ausência da força de trabalho qualificada, o que só reforça que existe a necessidade de formar cidadãos completos como sujeitos e não como

indivíduos com uma formação profissional que tenha o pleno domínio de novas tecnologias a fim de serem supridas as demandas apresentadas pelo mundo do trabalho e para a vida (SÃO PAULO, 2022).

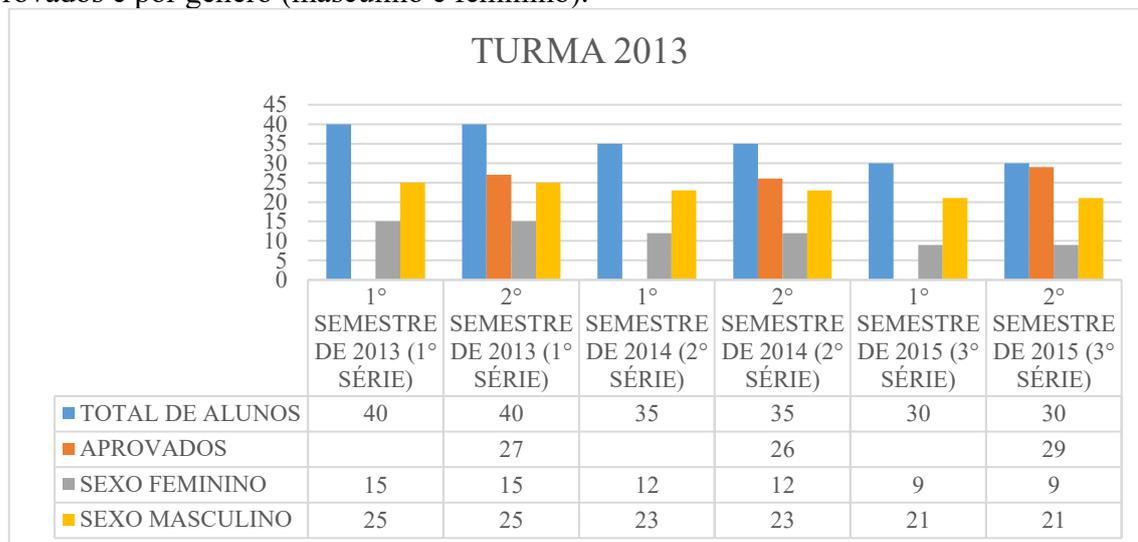
A seguir, em um estudo com recorte de seis (6) anos, temos as salas do Ensino Técnico Integrado ao Médio dos anos de 2013 a 2017, levando em conta que já analisamos a sala iniciante da proposta de Educação Integrada em 2012, já destacada no item 2.4 desta dissertação.

Os gráficos a seguir mostram os resultados dos anos de 2013 a 2017 e que já foram citados anteriormente, com detalhes sobre o Curso de Ensino Técnico Integrado ao Médio.

Esta sala iniciada no ano de 2013 (Gráfico 02), teve seu término em 2015. Começou com 40 alunos aprovados por vestibulinho. Terminou com o total de 29 alunos, consideramos a perda de 27,5%. Os motivos a serem considerados para explicar as evasões são os mais diversos. Podemos destacar: desistência, retenção ao final dos anos letivos, promoção nos anos anteriores com progressão parcial de disciplinas, trancamentos, transferências para estudar no período noturno, entre outros. Observaremos as perdas da 1ª série para a 3ª série, verificando um quadro favorável em relação as evasões registradas no sistema: 1ª série – a perda foi 32,5%; 2ª série – perda de 22,5; 3ª série – perda de 2,5%.

Ainda podemos destacar, quanto ao gênero masculino e feminino, dentro do curso de Informação e Comunicação ao final de cada ano/série: 1º série – 25 meninos e 15 meninas; 2ª série- 23 meninos e 12 meninas; 3ª série – 21 meninos e 09 meninas. Talvez o curso fosse mais atrativo ao gênero masculino naquele momento. A evasão foi maior no gênero feminino 40%. Ainda assim, podemos conferir que o curso de Informação e Comunicação estava sendo implantado e pouco conhecido dentro da comunidade escolar como um Curso Integrado e Integral. Em seis anos analisados (2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017), vamos perceber uma adesão maior, com as demandas crescentes no Vestibulinho.

Gráfico 02 - Relação dos alunos da turma de 2013, quanto ao número de alunos ingressantes, aprovados e por gênero (masculino e feminino).

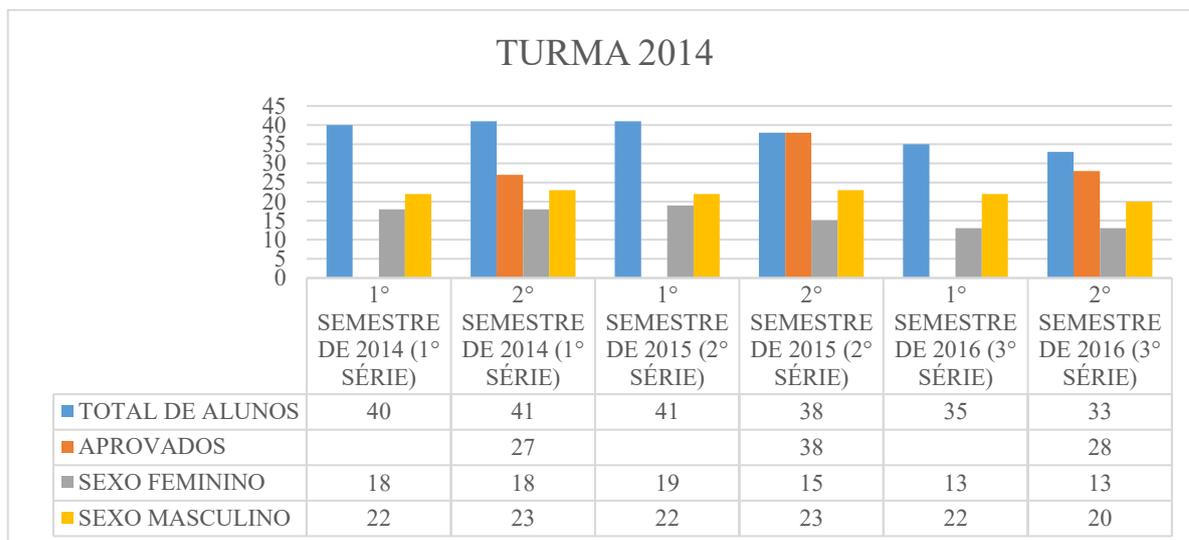


Fonte: Autora (2022).

Esta sala iniciada no ano de 2014, teve seu término em 2016 (Gráfico 03), começou com 40 alunos aprovados por vestibulinho e terminou com o total de 33 alunos. Ou seja, uma evasão de 17,5%, se comparada à sala que deu início ao Curso do Ensino Médio Integrado ao Técnico, turma do ano de 2012 com 27,5% de perda, podemos destacar que o curso estava se firmando. Observaremos as perdas da 1ª série para a 3ª série, verificando um quadro favorável em relação as evasões registradas no sistema: 1ª série – a perda foi 35%; 2ª série – perda de 0%; 3ª série – perda de 12,5 %.

Ainda podemos destacar, quanto ao gênero masculino e feminino dentro do curso de Informação e Comunicação ao final de cada ano/série: 1ª série – 23 meninos e 18 meninas; 2ª série- 23 meninos e 15 meninas; 3ª série – 20 meninos e 13 meninas. Mais meninos do que meninas com 27,77% de evasão no gênero feminino. Vale ressaltar que ainda o curso do Eixo de Informação e Comunicação, já começava a tornar-se conhecido entre a comunidade escolar, e que propunha uma Matriz Curricular diferente da Matriz Curricular do Ensino Médio Regular. Portanto, o Ensino Técnico Integrado ao Médio, na Escola Técnica Alcídio de Souza Prado, será oferecido com mais vagas no vestibulinho no ano seguinte.

Gráfico 03 - Relação dos alunos da turma de 2014, quanto ao número de alunos ingressantes, aprovados e por gênero (masculino e feminino).

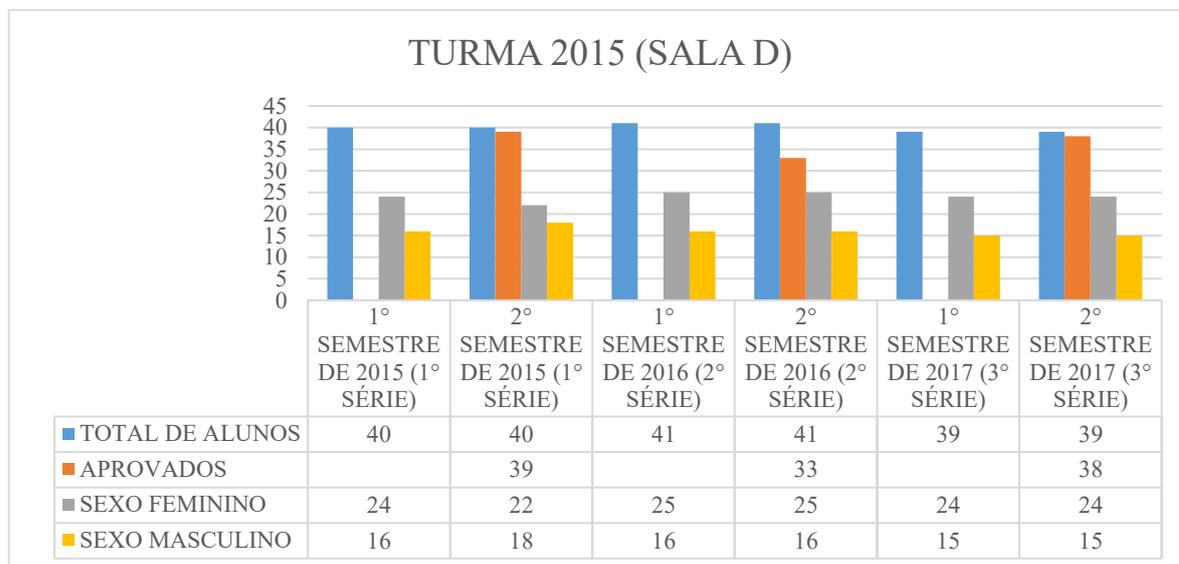


Fonte: Autora (2022).

A sala iniciada no ano de 2015 (Gráfico 04), teve a oferta de 80 vagas para o vestibulinho, sendo 40 vagas para a sala intitulada D. Teve seu término em 2017. Começou com 40 alunos aprovados por vestibulinho e terminou com o total de 39 alunos. Ou seja, uma evasão de 2,5%, se comparada à sala que deu início ao Curso do Ensino Médio Integrado ao Técnico, turma do ano de 2012 com 27,5% de perda, podemos destacar que o curso estava se firmando. Observaremos as perdas da 1ª série para a 3ª série, verificando um quadro favorável em relação as evasões registradas no sistema: 1ª série – a perda foi 2,5 %; 2ª série – perda de 20 %; 3ª série – perda de 2,5 %.

Ainda podemos destacar, quanto ao gênero masculino e feminino dentro do curso de Informação e Comunicação ao final de cada ano/série: 1º série – 18 meninos e 22 meninas; 2ª série – 16 meninos e 25 meninas; 3ª série – 15 meninos e 25 meninas. Neste momento, o curso se tornou mais atrativo ao gênero feminino com nenhuma evasão deste gênero e apenas 1 aluno do gênero masculino em todo o curso.

Gráfico 04 - Relação dos alunos da turma de 2015, sala D, quanto ao número de alunos ingressantes, aprovados e por gênero (masculino e feminino).



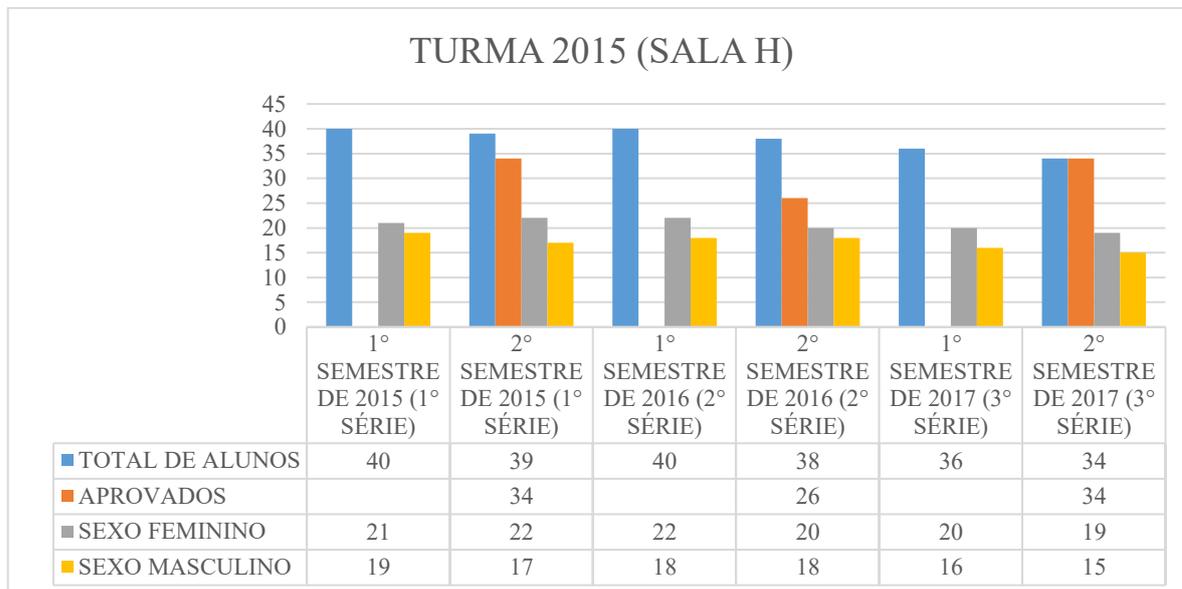
Fonte: Autora (2022).

A outra sala iniciada no ano de 2015 (Gráfico 05) com 40 vagas intitulada H teve seu término em 2017. Começou com 40 alunos. Teve uma evasão de 15%, se comparada à sala que deu início ao Curso do Ensino Médio Integrado ao Técnico, turma do ano de 2012 com 27,5% de perda, podemos destacar que o curso estava se firmando. Observaremos as perdas da 1ª série para a 3ª série, verificando um quadro favorável em relação as evasões registradas no sistema: 1ª série – a perda foi 15%; 2ª série – perda de 30 %; 3ª série – perda de 0 %.

Ainda podemos destacar, quanto ao gênero masculino e feminino dentro do curso de Informação e Comunicação ao final de cada ano/série: 1º série – 19 meninos e 21 meninas; 2ª série- 18 meninos e 20 meninas; 3ª série – 15 meninos e 19 meninas. Neste momento, o curso se tornou mais atrativo ao gênero feminino e apresentou uma evasão maior para o gênero masculino.

Seria tendencioso, com a oferta de 80 vagas por vestibulinho do Curso de Ensino Médio Integrado ao Técnico em Informação e Comunicação, ter muitas perdas ou evasões no sistema público de ensino. Porém, como podemos observar nos gráficos onde contêm os apontamentos dos alunos ingressantes e aprovados, que o curso se fez necessário para o momento abordado.

Gráfico 05 - Relação dos alunos da turma de 2015, sala H quanto ao número de alunos ingressantes, aprovados e por gênero (masculino e feminino).

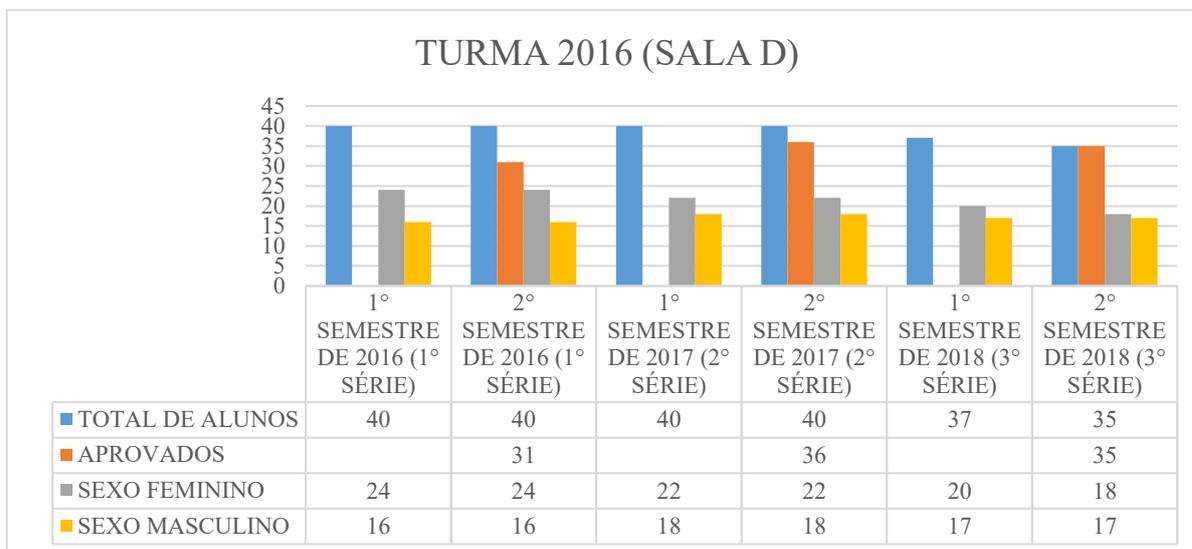


Fonte: Autora (2022).

A sala iniciada no ano de 2016 (Gráfico 06), teve a oferta de 80 vagas para o vestibulinho, sendo 40 vagas para a sala intitulada D. Teve seu término em 2018, que é quando também cessou a Resolução CNE/CNB nº 6/2012, com fundamento no Parecer CNE/CNB nº 11/2012. Temos então que esta sala começou com 40 alunos. Teve uma evasão de 12,5 %, se comparada à sala que deu início ao Curso do Ensino Médio Integrado ao Técnico, turma do ano de 2012 com 27,5% de perda, podemos destacar que o curso cumpriu o propósito desejado pela instituição Centro Paula Souza. Observaremos as perdas da 1ª série para a 3ª série, verificando um quadro favorável em relação as evasões registradas no sistema: 1ª série – a perda foi 22,5 %; 2ª série – perda de 10 %; 3ª série – perda de 0 %.

Ainda podemos destacar, quanto ao gênero masculino e feminino dentro do curso de Informação e Comunicação ao final de cada ano/série: 1º série – 16 meninos e 24 meninas; 2ª série- 18 meninos e 22 meninas; 3ª série – 17 meninos e 18 meninas. Neste momento, o curso se tornou equiparado quanto ao gênero.

Gráfico 06 - Relação dos alunos da turma de 2016, sala D, quanto ao número de alunos ingressantes, aprovados e por gênero (masculino e feminino).



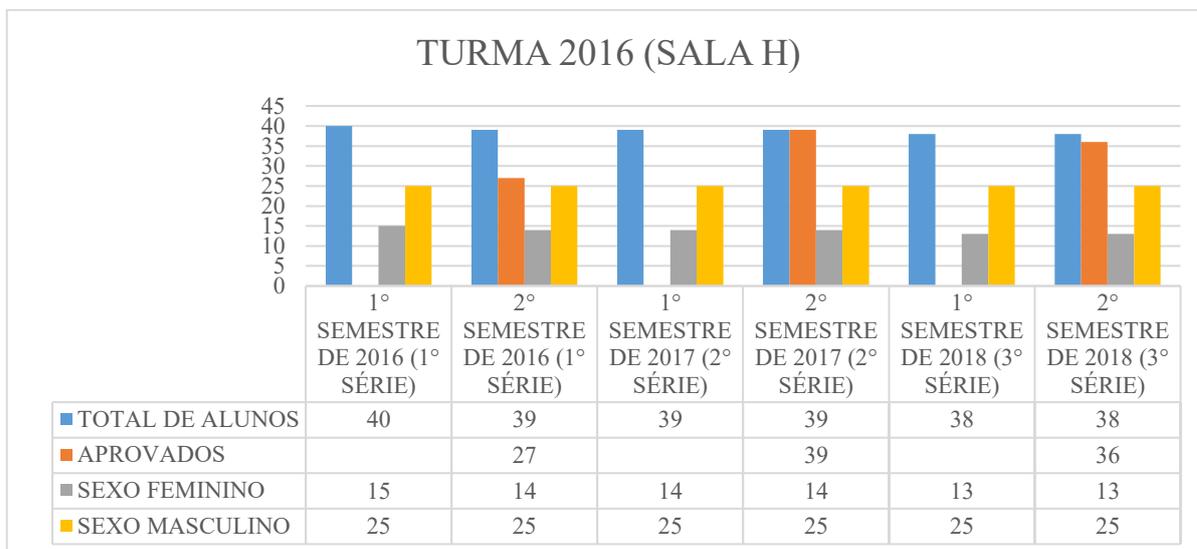
Fonte: Autora (2022).

Esta sala iniciada no ano de 2016 (Gráfico 07), teve a oferta de 80 vagas para o vestibulinho, sendo 40 vagas para a sala intitulada H. Teve seu término em 2018, que foi quando também cessou a Resolução CNE/CNB nº 6/2012, com fundamento no Parecer CNE/CNB nº 11/2012. O gráfico 07 demonstra então que esta sala começou com 40 alunos. Teve uma evasão de 10 %, se comparada à sala que deu início ao Curso do Ensino Médio Integrado ao Técnico, turma do ano de 2012 com 27,5% de perda, podemos destacar que o curso cumpriu o propósito desejado pela instituição Centro Paula Souza. Observaremos as perdas da 1ª série para a 3ª série, verificando um quadro favorável em relação as evasões registradas no sistema: 1ª série – a perda foi 30 %; 2ª série – perda de 0%; 3ª série – perda de 5 %.

Ainda podemos destacar, quanto ao gênero masculino e feminino dentro do curso de Informação e Comunicação ao final de cada ano/série: 1º série – 25 meninos e 14 meninas; 2ª série- 25 meninos e 14 meninas; 3ª série – 25 meninos e 13 meninas. Aqui, nota-se o gênero masculino atraído pelo curso de Informação e Comunicação com nenhuma evasão deste gênero.

A Matriz Curricular foi pensada, estudada e concluída para este modelo de ensino e será atrativa para a comunidade escolar. Esse modelo chamado ETIM (Ensino Técnico Integrado ao Médio), que tem horário no período matutino e vespertino, atende assim, a Orlândia e região.

Gráfico 07 - Relação dos alunos da turma de 2016, sala H, quanto ao número de alunos ingressantes, aprovados e por gênero (masculino e feminino).

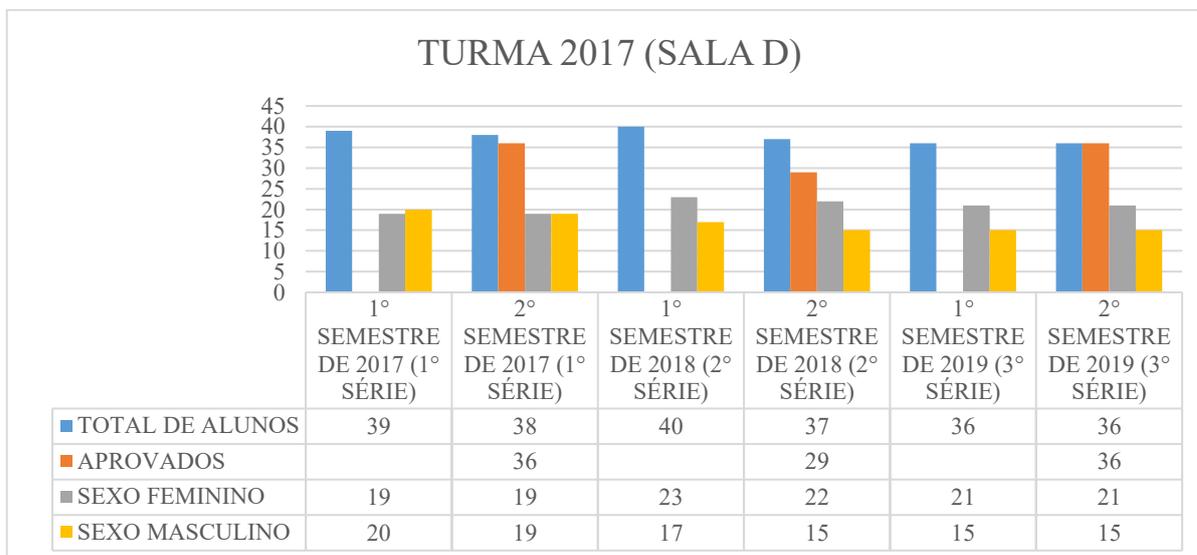


Fonte: Autora (2022).

A sala iniciada no ano de 2017 teve a oferta de 80 vagas para o vestibulinho, sendo 40 vagas para a sala intitulada D (gráfico 08). Teve seu término em 2019, que foi quando também cessou a Resolução CNE/CNB nº 6/2012, com fundamento no Parecer CNE/CNB nº 11/2012. Temos então que esta sala começou com 39 alunos. Teve uma evasão de 7,5 %, se comparada à sala que deu início ao Curso do Ensino Médio Integrado ao Técnico, turma do ano de 2012 com 27,5% de perda, podemos destacar que o curso cumpriu o propósito desejado pela instituição Centro Paula Souza. Observaremos as perdas da 1ª série para a 3ª série, verificando um quadro favorável em relação as evasões registradas no sistema: 1ª série – a perda foi 5 %; 2ª série – perda de 20 %; 3ª série – perda de 0 %.

Ainda podemos destacar, quanto ao gênero masculino e feminino dentro do curso de Informação e Comunicação ao final de cada ano/série: 1º série – 19 meninos e 19 meninas; 2ª série – 15 meninos e 22 meninas; 3ª série – 15 meninos e 21 meninas. Neste momento, o curso se tornou equiparado quanto ao gênero masculino e feminino. Esses dados, vem comprovar que o mundo está realmente em constante transformação em relação às tecnologias. O Eixo de Informação e Comunicação, bem como sua Matriz Curricular, está em acordo ao que o universo moderno e capitalista, no Brasil, demanda.

Gráfico 08 - Relação dos alunos da turma de 2017, sala D, quanto ao número de alunos ingressantes, aprovados e por gênero (masculino e feminino).



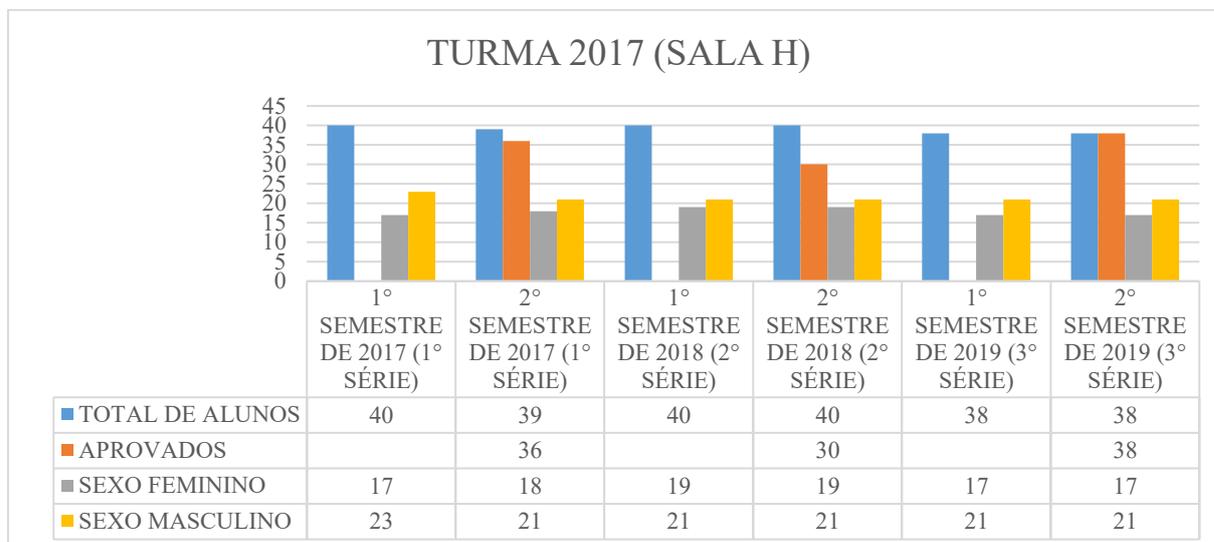
Fonte: Autora (2022).

Já a sala iniciada no ano de 2017, teve a oferta de 80 vagas para o vestibulinho, sendo 40 vagas para a sala intitulada H (Gráfico 09). Teve seu término em 2019, que foi quando também cessou a Resolução CNE/CNB nº 6/2012, com fundamento no Parecer CNE/CNB nº 11/2012. Nota-se que esta sala começou com 40 alunos. Teve uma evasão de 5 %, se comparada à sala que deu início ao Curso do Ensino Médio Integrado ao Técnico, turma do ano de 2012 com 27,5% de perda, podemos destacar que o curso cumpriu o propósito desejado pela instituição Centro Paula Souza. Observamos as perdas da 1ª série para a 3ª série, verificando um quadro favorável em relação as evasões registradas no sistema: 1ª série – a perda foi 7,5 %; 2ª série – perda de 25 %; 3ª série – perda de 0 %.

Ainda podemos destacar, quanto ao gênero masculino e feminino dentro do curso de Informação e Comunicação ao final de cada ano/série: 1º série – 21 meninos e 18 meninas; 2ª série – 21 meninos e 19 meninas; 3ª série – 21 meninos e 17 meninas. Este, nos mostra a equidade entre o gênero masculino e feminino.

O curso do Ensino Técnico Integrado ao Médio, do Centro Paula Souza, na Escola Técnica Alcídio de Souza Prado, nos apresentou números que comprovaram demanda no vestibulinho, bons resultados quanto aos alunos aprovados, e a adesão de alunos por gênero.

Gráfico 09 - Relação dos alunos da turma de 2017, sala H, quanto ao número de alunos ingressantes, aprovados e por gênero (masculino e feminino).



Fonte: Autora (2022).

3.2 Matriz curricular e disciplinas com itinerário formativo de 2012 e 2018

A organização do Curso Ensino Técnico Integrado ao Médio, parte da necessidade e pertinência da elaboração de currículos adequados às demandas do mundo do trabalho; à formação profissional do aluno e aos princípios contidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) e demais legislações pertinentes, levando o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, a instituir o “Laboratório de Currículo” com a finalidade de elaborar e/ou atualizar os Planos de Curso das Habilitações Profissionais oferecidas pela instituição (ARAÚJO, 2018). A finalidade deste Laboratório de Currículo, além de reunir especialistas, docentes e representantes da supervisão educacional é estudar e analisar o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e a Classificação Brasileira de Ocupações. Tudo isso dá-se numa sequência de encontros de trabalho previamente agendados possibilitando reflexões, pesquisas e posteriormente a construção de uma organização curricular alinhada ao mundo do trabalho e suas necessidades (SÃO PAULO, 2022).

Todavia, mesmo com todas as intenções e cuidados dispensados por essas equipes, há que se apontar que de 2012 e 2018 a matriz curricular, do Ensino Técnico Integrado ao Médio, sofreu uma mudança apontada no total de horas em sua Formação Geral Básica, que serão mostradas em ilustrações e gráficos demonstrativos a seguir, bem como as próprias Matrizes Curriculares apresentadas nos respectivos Planos de Curso de cada ano citado. Ressaltando que as perdas das horas e aulas em atendimento à proposta ao Novo Ensino Médio e ao Plano

Nacional de Educação (PNE), estão na Habilitação Técnica de Nível Médio: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

A matriz curricular demonstrada na figura 06, apresenta as decisões tomadas em 2012, em que se contemplava a Formação Geral Básica e a Parte Diversificada do Curso Ensino Técnico Integrado ao Médio (ETIM), do Eixo de Informação e Comunicação da Educação Básica. Esta fez parte do Plano de curso atualizado de acordo com a matriz curricular homologada para o 1º semestre de 2012.

Figura 6 - Matriz Curricular do Curso Técnico Integrado ao Médio (ETIM) do ano de 2012.

Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Governo do Estado de São Paulo
Rua dos Andradas, 140 – Santa Ifigênia – CEP: 01208-000 - São Paulo - SP

B) Com Espanhol

MATRIZ CURRICULAR						
Eixo Tecnológico	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO					
Curso	Habilitação Profissional de TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO (Período Diurno)				Plano de Curso	263
<small>Lei Federal n.º 9394, de 20-12-1996; Lei Federal n.º 11741/2008; Resolução CNE/CEB n.º 1, de 5-12-2014; Resolução CNE/CEB n.º 8, de 20-9-2012; Resolução CNE/CEB n.º 2, de 30-1-2012; Resolução CNE/CEB n.º 4, de 13-7-2010; Resolução SE n.º 78, de 7-11-2008; Decreto Federal n.º 5154, de 23-7-2004. Plano de Curso aprovado pela Portaria Catec – 739, de 10-9-2015, publicada no Diário Oficial de 11-9-2015 – Poder Executivo – Seção I – página 53.</small>						
	Componentes Curriculares	Carga Horária em Horas-aula			Total	Carga Horária em Horas
		1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE		
Ensino Médio (Base Nacional Comum e Parte Diversificada) e Formação Profissional	Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional	2017	2018	2019	480	424
	Língua Estrangeira Moderna – Inglês e Comunicação Profissional	80	80	80	240	212
	Língua Estrangeira Moderna – Espanhol	-	80	-	80	71
	Artes	120	-	-	120	106
	Educação Física	80	80	80	240	212
	História	80	80	80	240	212
	Geografia	80	80	80	240	212
	Filosofia	40	40	40	120	106
	Sociologia	40	40	40	120	106
	Física	80	80	80	240	212
	Química	80	80	80	240	212
	Biologia	80	80	80	240	212
	Matemática	160	160	160	480	424
	Lógica de Programação	120	-	-	120	106
	Instalação e Manutenção de Computadores	80	-	-	80	71
	Operação de Software Aplicativo	80	-	-	80	71
	Ética e Cidadania Organizacional	40	-	-	40	35
	Técnicas de Programação para Internet I e II	80	80	-	160	141
	Tecnologias e Linguagens para Banco de Dados I e II	80	80	-	160	141
	Linguagem de Programação Orientada a Objetos	-	120	-	120	106
	Gestão de Sistemas Operacionais	-	120	-	120	106
	Análise de Sistemas	-	80	-	80	71
	Empreendedorismo e Inovação	-	40	-	40	35
	Desenvolvimento de Software	-	-	120	120	106
	Programação de Computadores	-	-	120	120	106
	Tecnologias para Mobilidade	-	-	80	80	71
Redes de Comunicação de Dados	-	-	120	120	106	
Planejamento e Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Informática	-	-	80	80	71	
TOTAL GERAL DO CURSO		1560	1560	1480	4800	4064
Componentes curriculares da Formação Profissional com aulas integralmente práticas (100% da carga horária prática)	1ª Série	Instalação e Manutenção de Computadores; Lógica de Programação; Operação de Software Aplicativo; Técnicas de Programação para Internet I; Tecnologias e Linguagens para Banco de Dados I.				
	2ª Série	Análise de Sistemas; Gestão de Sistemas Operacionais; Linguagem de Programação Orientada a Objetos; Técnicas de Programação para Internet II; Tecnologias e Linguagens para Banco de Dados II.				
	3ª Série	Desenvolvimento de Software; Planejamento e Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Informática (divisão de classes em turmas); Programação de Computadores; Redes de Comunicação de Dados; Tecnologias para Mobilidade.				
Certificados e Diploma	1ª Série	Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de AUXILIAR DE INFORMÁTICA.				
	1ª + 2ª Série	Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de AUXILIAR EM PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES.				
	1ª + 2ª + 3ª Série	Habilitação Profissional de TÉCNICO EM INFORMÁTICA.				
Observações	A carga horária descrita como prática é aquela com possibilidade de divisão de classes em turmas, conforme o item 4.9 do Plano de Curso. Trabalho de Conclusão de Curso: 120 horas. A distribuição de Componentes Curriculares da Base Nacional Comum, da Parte Diversificada e da Formação Profissional consta do Plano de Curso e atende à legislação.					

A seguir, na figura 07, veremos a Matriz Curricular do ano de 2018, que contempla os preceitos da Lei 13.415 de 2017, inserindo a Formação Geral Básica, os Itinerários Formativos, atendendo à Base Nacional Curricular Comum (BNCC), bem como a Parte Diversificada (Formação Técnica e Projetos de Aprofundamento). Esse Plano de curso está atualizado de acordo com a matriz curricular homologada para o 1º semestre de 2018.

Figura 7 - Matriz Curricular do Curso Técnico Integrado ao Médio (ETIM) do ano de 2018.

Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
 Governo do Estado de São Paulo
 Rua dos Andradas, 140 – Santa Ifigênia – CEP: 01208-000 – São Paulo – SP

4.3. Matriz Curricular

a) Com Espanhol

MATRIZ CURRICULAR – ENSINO MÉDIO COM HABILITAÇÃO PROFISSIONAL								
Eixo Tecnológico	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO							
Habilitação Profissional	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Período Integral)					Plano de Curso	612	
Lei Federal 9394, de 20-12-1996; Lei 13415, de 16-2-2017; Resolução CNE/CEB 2, de 15-12-2020; Resolução CNE/CP 1, de 5-1-2021; Resolução CNE/CEB 3, de 21-11-2018; Resolução SE 78, de 7-11-2008; Decreto Federal 5154, de 23-7-2004, alterado pelo Decreto 8.268, de 18-6-2014; Parecer CNE/CEB 11, de 12-6-2008; Deliberação CEE 162/2018 e Indicação CEE 169/2018 (alteradas pela Deliberação CEE 168/2019 e Indicação CEE 177/2019). Plano de Curso aprovado pela Portaria do Coordenador do Ensino Médio e Técnico – 2159, de 29-10-2021, publicada no Diário Oficial de 30-10-2021 – Poder Executivo – Seção I – página 78.								
Componentes Curriculares	Carga Horária em Horas-aula				Carga Horária em Horas			
	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	Total				
Língua Portuguesa, Literatura e Comunicação Profissional	120	120	80	320	267			
Língua Estrangeira Moderna – Inglês e Comunicação Profissional	80	80	80	240	200			
Matemática	80	120	120	320	267			
Arte	80	-	-	80	67			
Educação Física	80	80	-	160	133			
Física	80	80	-	160	133			
História	80	80	-	160	133			
Química	80	80	-	160	133			
Biologia	-	80	80	160	133			
Geografia	-	80	80	160	133			
Filosofia	-	-	80	80	67			
Língua Estrangeira Moderna – Espanhol	-	-	80	80	67			
Sociologia	-	-	80	80	67			
Total da Base Nacional Comum Curricular	680	800	680	2160	1800			
Parte Diversificada	Projetos de Aprofundamento	Estudos Avançados em Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Prática	40	40	120	200	167
		Estudos Avançados em Matemática e suas Tecnologias	Prática	40	40	120	200	167
		Laboratório de Investigação Científica	Teoria	80	-	-	80	67
		Práticas de Empreendedorismo	Teoria	80	-	-	80	67
		Laboratório de Mediação e Intervenção Sociocultural	Teoria	-	80	-	80	67
		Laboratório de Processos Criativos	Teoria	-	80	-	80	67
	Total dos Projetos de Aprofundamento			240	240	240	720	600
	Formação Técnica e Profissional	Programação Web I, II e III	Prática	80	80	80	240	200
		Análise e Projeto de Sistemas	Prática	80	-	-	80	67
		Design Digital	Prática	80	-	-	80	67
		Fundamentos da Informática	Prática	80	-	-	80	67
		Técnicas de Programação e Algoritmos	Prática	120	-	-	120	100
		Banco de Dados I e II	Prática	80	80	-	160	133
		Desenvolvimento de Sistemas	Prática	-	120	-	120	100
		Ética e Cidadania Organizacional	Teoria	-	40	-	40	33
		Programação de Aplicativos Mobile I e II	Prática	-	80	80	160	133
		Internet, Protocolos e Segurança de Sistemas da Informação	Prática	-	-	80	80	67
		Planejamento e Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Desenvolvimento de Sistemas	Prática	-	-	120	120	100
		Qualidade e Teste de Software	Prática	-	-	80	80	67
		Sistemas Embarcados	Prática	-	-	80	80	67
Total da Formação Técnica e Profissional			520	400	520	1440	1200	
Total da Parte Diversificada		760	640	760	2160	1800		
TOTAL GERAL DO CURSO		1440	1440	1440	4320	3600		
		Aulas semanais	36	36	36	-	-	
Certificados e Diploma	1ª Série	Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de AUXILIAR EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS						
	1ª + 2ª Séries	Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de PROGRAMADOR DE COMPUTADORES						

CNPJ: 62823257/0001-09 612
 Página nº 23

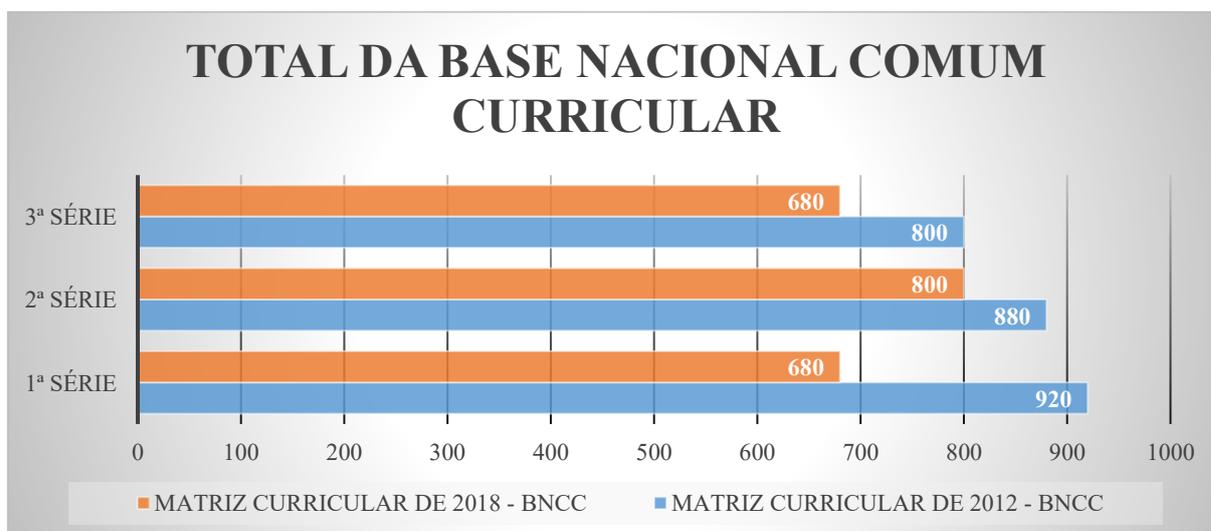
Fonte: São Paulo (2015).

A Matriz Curricular do ano de 2012 traz como informação, o total de horas da Educação Básica, que somam quatro mil e sessenta e quatro horas (4.064 h). Num total de quatro mil e seiscentas aulas (4.600 aulas), ao final de três séries/anos.

Já essa Matriz Curricular do ano de 2018, que perpassa os anos/séries seguintes (2019, 2020, 2021, 2022 e 2023), findará com menos horas que a Matriz Curricular de 2012. Essa matriz curricular de 2018, totalizará três mil e seiscentas horas (3.600 h), e, quatro mil trezentas e vinte aulas (4.320 aulas), ao final das três séries/anos. Porém, em função de nova Matriz Curricular e nova denominação dada aos cursos técnicos que deverão prosseguir a partir de 2022, estes novos cursos, denominados M-tec- PI (Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico em Desenvolvimento de Sistemas – Período Integral), atenderão a implantação do Novo Ensino Médio, esta, passará a ter ao final de três séries/ano, mil e oitocentas horas na Base Nacional Comum Curricular (1.800 h). Ou seja, será opcional a cada instituição de ensino, implantar 600 horas a cada ano/série ou 900 horas nos dois anos/séries da Formação Geral Básica (Gráfico 10).

Neste interim, temos que doze por cento das horas - aula (12%), da Base Nacional Comum Curricular, deixará uma lacuna a ser preenchida até que venham novas políticas públicas ou mudanças nas próximas legislações ligadas à educação e as mudanças nas governanças.

Gráfico 10 - Comparativo das horas-aula contempladas no Plano de Curso do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Informática na parte da Base Nacional Comum Curricular, das Matrizes Curriculares dos anos de 2012 e 2018, do Centro Paula Souza.



Fonte: Autora (2022).

3.3 Conclusão sobre a gratuidade da Educação Profissional

A gratuidade de oferta da Educação Profissional no Estado de São Paulo se explica em função de o Centro Paula Souza ser uma Autarquia, pertencente ao governo estadual. Ainda que os requisitos para ingresso ao Curso de Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, se fazer por meio de vestibulinho, processo classificatório para alunos que tenham concluído o Ensino Fundamental ou equivalente. Este processo classificatório é divulgado amplamente por edital publicado na Imprensa Oficial, com indicação dos requisitos, condições e sistemática do processo e número de vagas oferecidas. Por razões de ordem didática e/ou administrativa que possam ser justificadas, são utilizados procedimentos diversificados para ingresso, sendo os candidatos deles notificados por ocasião de suas inscrições. Porém, não existem vagas suficientes para as demandas (SÃO PAULO, 2022).

O mundo do trabalho do Técnico em Informática é amplo, abrangendo instituições públicas, privadas e do terceiro setor, que demandam sistemas computacionais, especialmente envolvendo programação de computadores: indústrias em geral; comércio; empresas de prestação de serviços e empresas de tecnologia da informação. É possível que esse profissional trabalhe como autônomo em consultoria, treinamento e desenvolvimento de *softwares* (SÃO PAULO, 2022).

O aluno formado em uma escola técnica estadual (ETEC), deve ter requisitos básicos em consonância com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), por ser concluinte do Ensino Médio, capaz de: 1. Dominar Linguagens – demonstrar bons conhecimentos da dinâmica padrão da língua portuguesa e utilizar as diferentes linguagens para se expressar e se comunicar; 2. Compreender Fenômenos – aplicar conceitos das diferentes áreas do conhecimento para a compreensão de aspectos da realidade; 3. Resolver Problemas – contextualizar dados e informações para resolver situações problema; 4. Construir Argumentos – organizar informações e conhecimentos para a construção de argumentos significativos; 5. Elaborar Propostas – recorrer a conhecimentos adquiridos para elaborar propostas de intervenção (SÃO PAULO, 2022).

Ao término das três séries, o concluinte da Habilitação Profissional de Técnico em Informática Integrado ao Médio, deverá ser capaz de: 1. expressar-se adequadamente, com autonomia, clareza, e precisão conforme o contexto em que se dá a ação comunicativa; 2. planejar, executar, acompanhar e avaliar projetos; 3. compreender e avaliar o papel histórico dos diferentes atores sociais; 4. propor ações de intervenção solidária (SÃO PAULO, 2022).

A figura 08 apresenta as demandas para o vestibulinho de 2023 com as novas habilitações chamadas de Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico em Desenvolvimento de Sistemas (M-Tec). Como se pode observar, não é mais ofertado o Ensino Técnico Integrado ao Médio (ETIM), em função da proposta do Novo Ensino Médio – Lei 13.415/2017 (BRASIL, 2017). Portanto, em 2023 encerra-se a proposta com a última sala do ETIM.

Figura 8 - Demandas para o vestibulinho de 2023 com as novas habilitações chamadas de M-Tec.

Acompanhamento das inscrições

Etec Prof. Alcídio de Souza Prado

Inscrições efetivadas (pagas)

Curso	Inscritos	Vagas	Demanda
Contabilidade (Noite)	112	40	2,80
Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico em Administração - (M-Tec) (Manhã)	229	80	2,86
Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico em Administração - (M-Tec) (Tarde)	87	40	2,18
Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico Em Desenvolvimento de Sistemas - (M-tec - PI) (Manhã e tarde)	121	40	3,03
Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico em Desenvolvimento de Sistemas - (M-Tec) (Manhã)	147	40	3,68
Ensino Médio com Habilitação Profissional de Técnico em Desenvolvimento de Sistemas - (M-Tec) (Tarde)	102	40	2,55
Farmácia (Noite)	105	40	2,63
Logística (com até 20% online) (Noite)	66	40	1,65
TOTAL	969	360	

Fonte: BDCETEC- Banco de Dados das Escolas Técnicas (2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Mészáros (2008, p.11), “o simples acesso à escola é condição necessária, mas não suficiente para tirar das sombras do esquecimento social, milhões de pessoas cuja existência só é reconhecida nos quadros estatísticos”. Como construir uma educação cuja principal referência seja o ser humano?

Os desafios para a transformação da educação são vários. A começar pelas políticas públicas, em que pesam discussões a cada mudança de governos, tanto o federal como o estadual; as próprias Diretrizes Curriculares Nacionais que orientam a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Ensino Médio, hoje com debates para implantação da BNCC com tempo definido até 2024 e com metas inatingíveis; a tentativa de superar as expectativas da Organização Para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em aumentar a empregabilidade em consonância com o capitalismo neoliberal pós moderno.

Para tanto, afirmamos que a educação é um meio pelo qual as pessoas se realizam como sujeitos históricos que produzem sua existência. Assim sendo, agregam valores de uso, conhecimento e cultura por sua ação criativa (RAMOS, 2014).

Após observarmos as informações da Escola Técnica Professor Alcídio de Souza Prado, em todos os gráficos verificados e a coleta dos dados no Banco de Dados das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Paula Souza (BDCETEC), sobre os alunos ingressantes, concluintes e de gênero masculino e feminino. Podemos concluir que a instituição sempre se pautou por escolhas antecipadas e assertivas de suas Matrizes Curriculares que se utilizam de Deliberações e Resoluções, que primam por sempre estarem de acordo com o Plano Nacional de Educação e com os Parâmetros Curriculares Nacionais, em consonância com todas as leis que regem legalmente a Educação de Nível Médio e Técnica Nacional.

A Educação Básica tem como objetivo formar cidadãos conhecedores de seus direitos e deveres. Sabedores de que possuem um lugar a ocupar na sociedade. Senso assim, a Educação Profissional destina-se a dar meios para que essas pessoas possam exercer com dignidade determinadas atividades. Podendo variar desde as profissões técnicas, graduação, pós-graduação etc. (CIAVATTA, 2016)

Devemos pensar a Educação Profissional como uma parte da formação geral, como fazem os países desenvolvidos. Para tal meio, se faz necessário reformular o Novo Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Bem como, proporcionar desde as primeiras séries, boa educação básica até educação profissional articulada, ou seja, uma oportunidade a mais

para àqueles cidadãos que precisam trabalhar mais cedo. Sem tirar a oportunidade de quem por direito quer e deve prosseguir os estudos.

A Educação Integral é um passo a mais para diminuir o abismo existente na separação do trabalho intelectual do trabalho manual.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, José Carlos Souza. A escola pública no Brasil (1549-1759). **Profissão Mestre**, Curitiba, v. 174, p. 1 - 43, 01 mar. 2017.

ARAÚJO, Ulisses F.; ARANTES, Valéria; PINHEIRO, Viviane. **Projetos de vida: fundamentos psicológicos, éticos e práticas educacionais**. São Paulo: Summus Editorial, 2020.

BANCO MUNDIAL. **Relatório anual 2017**. Whashington (EUA): Grupo Banco Mundial, 2017.

BARBOSA, Rui. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, v. X, t. II, 1947.

BORDIGNON, Genuíno *et al.* **O planejamento educacional no Brasil**. Brasília. Fórum Nacional de Educação. Junho/2011.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. **Carta de Lei de 25 de março de 1824**. Manda observar a Constituição Política do Império, oferecida e jurada por Sua Magestade o Imperador. Secretaria de Estado dos Negócios do Império do Brazil: Rio de Janeiro, 22 abr. 1824.

BRASIL. **Decreto nº 1.331 – A, de 17 de fevereiro de 1854**. Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Côrte. Coleção de Leis do Império do Brasil: Rio de Janeiro, 17 fev. 1854.

BRASIL. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro, 13 jan. 1937.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Emendas Constitucionais de Revisão. Casa Civil: Brasília, 05 out. 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Casa Civil: Brasília, 1988.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 18 de setembro de 1946. Casa Civil: Brasília, 1946.

BRASIL. **Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879**. Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império. Secretaria de Estado dos Negócios do Império do Brazil, 19 abr. 1879.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942**. Lei orgânica do ensino industrial. Casa Civil: Brasília, 1942a.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.048 de 22 de janeiro de 1942**. Senado Federal: Brasília, 1942b.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file> Acesso em: 09 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Casa Civil: Brasília, 25 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Secretaria Geral: Brasília, 16 de fev. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Casa Civil: Brasília, 20 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Câmara dos Deputados: Brasília, 20 dez. 1961.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Congresso Nacional: Brasília, 11 de ago. de 1971.

BRASIL. **Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982**. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Câmara dos Deputados: Brasília, 1982.

BRASIL. **Novo ensino médio: perguntas e respostas**. Brasília: Ministério da Educação, 2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília : Ministério da Educação, 1997.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 11/2009**, aprovado em 30 de junho de 2009. Proposta de experiência curricular inovadora do Ensino Médio. Ministério da Educação: Brasília, 30 jun. 2009.

BRASIL. **Portaria MEC nº 867, de 4 de julho de 2012**. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Ministério da Educação: Brasília, 05 jul. 2012.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942**. Lei orgânica do ensino industrial. Casa Civil: Brasília, 1942a.

BRASIL Ministério da Educação. **Catálogo nacional dos cursos técnicos: eixo tecnológico: "Informação e Comunicação**. Brasília: MEC: 2012.

CARVALHO, Olgamir Francisco de; KIPNIS, Bernardo. **Educação profissional em uma perspectiva internacional comparada e suas repercussões no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

CASTANHA, André Paulo. **Edição crítica da legislação educacional primária do Brasil imperial**: a legislação geral e complementar referente à Corte entre 1827 e 1889. Francisco Beltrão, PR: Ed. da UNIOESTE; Campinas: Navegando Publicações, 2013.

CIAVATTA, Maria. A historicidade das reformas da Educação Profissional. **Cadernos de Pesquisa em Educação. Vitória**, v. 19, n. 39, p. 50-64, jan./jun. 2014.

CIAVATTA, Maria *et al.* Parte III. Ensino médio: uma nova concepção unificadora de ciência, técnica e ensino. In: GARCIA, W.; CUNHA, C.(Coord.). **Politecnia no ensino médio**. Brasília: Cortez/SENEB, 1991. p.97-125.

COMÊNIO, João Amós. **Didática magna**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CONAE. **Conferência Nacional de Educação 2010**. Brasília: Fórum Nacional de Educação, 2010. Disponível em: <https://fne.mec.gov.br/28-historico/46-conae-2010#:~:text=A%20CONAE%202010%20ocorre%20em,segundo%20semestre%20do%20mesmo%20ano..> Acesso em: 15 out. 2022.

CORREIO BRAZILIENSE. **Miscellanea**. Londres, v. 16, n. 95, abr. de 1816, p.346 – 350.

DEMO, Pedro. **Educação e conhecimento**: relação necessária, insuficiente e controversa. 2.ed. Vozes, Petrópolis: Vozes, 2001.

ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL Professor Alcídio de Souza Prado. **Centro de Memória**. Orlandia, 2018.Acesso em 26 de set. 2022.

DUARTE, Newton. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos**: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo. Campinas: Autores Associados, 2016.

ETEC. **História da escola**. Orlandia: Governo do Estado de São Paulo, 2022. Disponível em: Disponível em: <https://etecalcidido.com.br/historia/>. Acesso em: 15 out. 2022.

FAGIANI, Cilson César. **Brasil e Portugal: qual a formação do jovem trabalhador para o século XXI?**. 1.ed. - Uberlândia: Editora Navegando, 2018.

FERNANDES. Florestan. . O ardil dos políticos. **Revista USP** - dossiê Florestan Fernandes, São Paulo, n. 29, mar.- mai. 1996, p. 86-89.

FONTE, Sandra Soares Della. Formação no e para o trabalho. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**. Natal, v. 2, n. 2, 2018.

FREITAS, Helena Costa Lopes. **PNE e formação de professores**: contradições e desafios. **Retratos da Escola**. Brasília.. v. 8, n. 15. P. 427-446.. Disponível em: <http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/451/582>. Com acesso em: set. 2022.

FRIGOTO, Gaudêncio. **Educação e trabalho**: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. Perspectiva, Florianópolis, v.19, n.1, jan./jun. 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.

GONTIJO, José Romero Machado. **Reforma do Ensino Médio**: aspectos pedagógicos, formativos, legais e perspectivas. Cilson César Fagiani, 2018. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Uberaba, Uberaba, 2018.

GRABOWSKI, Gabriel. **BNCC desconstitui a autonomia docente**. Extra classe, 5 nov. 2019. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/opiniao/colunistas/gabriel-grabowski/2019/11/bncc-desconstitui-a-autonomia-docente>. Acesso em 28 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama Brasil**, 2018. Disponível em: <http://http://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/10065/0>. Acesso em 15 out. 2022.

MACHADO, Lucília. **Educação e divisão social do trabalho**. 2a. ed., São Paulo: Cortez, 1989.

MARTINS, Ligia Marcia. Pedagogia histórico-crítica e psicologia histórico-cultural. In: MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. (Org.). **Pedagogia histórico-crítica**: 30 anos. Campinas: Autores Associados, 2011, p. 43-57.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p.100, 1973.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2.ed. – tradução Isa Tavares.- São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do serviço social. **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional, 2006.

RABELLO, Guilherme. **O que são stakeholders**: definição, tipos, importância e 5 dicas para uma boa gestão dos grupos de interesse do seu negócio, 2022. Disponível em: <https://www.siteware.com.br/gestao-estrategica/o-que-sao-stakeholders/#:~:text=Podemos%20definir%20o%20que%20s%C3%A3o,partes%20interessadas%20de%20uma%20empresa>. Acesso em: 13 out. 2022.

RAMOS, Marise Nogueira. A Educação Profissional pela Pedagogia das Competências: para além da superfície dos documentos oficiais. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 23, n. 80, p. 405-427, set. 2002.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da Educação Profissional**. Curitiba, IFPR-EAD, 2014.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio no Brasil contemporâneo: coerção revestida de consenso no “Estado de Exceção”. Revista Nova Paideia - **Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 2-11, 2019. DOI: 10.36732/riep.v1i1.19. Disponível em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/11>. Acesso em: 14 out. 2022.

SALES OLIVEIRA. **Guia Turístico, Histórico e Cultural de Sales Oliveira**. Sales Oliveira: Prefeitura Municipal, 2022. Disponível em: <https://www.salesoliveira.sp.gov.br/>. Acesso em 15 out. 2022.

SÃO PAULO (Estado). **Centro Paula Souza**. São Paulo/SP: Governo do estado de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.cps.sp.gov.br/centro-paula-souza/>. Acesso em: 29 set. 2022.

SÃO PAULO (ESTADO). **Lei nº 4.755, de 03 de junho de 1958**. Transforma em Escola Industrial a Escola Artesanal de Orlandia. Assembleia Legislativa: São Paulo, 03 de jun. de 1958.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto-lei de 6 de outubro de 1969**. Cria, como entidade autárquica, o Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo e dá providências correlatas. Secretaria Geral Parlamentar: São Paulo, 06 out. 1969.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 44.533, de 18 de fevereiro de 1965**. Altera a denominação de estabelecimentos de ensino do Departamento de Ensino Profissional, da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação. Assembleia Legislativa: São Paulo, 19 de fev. de 1965.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 77, de 23 de fevereiro de 1948**. Dispõe sobre criação de cursos práticos no interior do Estado. Assembleia Legislativa: São Paulo, 23 de fev. de 1948.

SÃO PAULO (Estado). **Projeto de lei nº 792/1967**. Dispõe e dá a denominação de 'Professor Alcídio de Souza Prado' ao ginásio estadual industrial, de Orlandia. Assembleia Legislativa: São Paulo, 02 de dez. de 1967.

SÃO PAULO (Estado). Plano de curso Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 2015. Disponível em: http://www.etelg.com.br/paginaete/cursos/planos/planocurso/pc_quimica.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

SÃO PAULO (Estado). **Banco de dados CETEC**. São Paulo: CETEC, 2022.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia histórico-crítica, as lutas de classe e a educação escolar. **Germinal: Marxismo e educação em debate**. Salvador, v. 5, n. 2, dez. 2013.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento Revista de Educação**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, 2016.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados. 2007.p.152-156.

SCHWAB, K. **Indústria 4.0: fundamentos, perspectivas e aplicações**. Trad. Walter Cardoso Sátyro. São Paulo: Blucher, 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

UNESCO. **Achieving gender equality in education: don't forget the boys.** Paris, França: UNESCO (Global Education Monitoring Report Policy Paper), 2018.